



1290000933



IE

TCC/UNICAMP H289a

ok
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
BRASILEIRA POR CLASSES DE TAMANHO DE CIDADE NA
DÉCADA DE 80.

1991
12/12/91

ALUNA: MIRIAM TIEKO HATTORI

ORIENTADOR: CARLOS AMÉRICO PACHECO ✓

BANCA: ULYSSES CIDADE SEMEGHINI

Campinas, dezembro de 1991. ✓

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

INSTITUTO DE ECONOMIA

UNICAMP

1991

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	p.1
 CAPÍTULO 1: Principais Tendências dos Fluxos Migratórios da Década de 70: Evolução das Cidades Médias e Concentração do Sistema Urbano Brasileiro.....	p.3
1) Características Gerais do Sistema Urbano Brasileiro.....	p.3
2) Evolução "Recente": a urbanização brasileira nos anos 50 e anos 60 - um breve resumo.....	p.7
3) Um Fenômeno Controverso.....	p.8
4) O Processo de Interiorização do Estado de São Paulo na década de 70.....	p.15
 CAPÍTULO 2: Dados Quantitativos a Respeito da População Brasileira na Década de 80 e Sua Análise Segundo Tipos de Cidades.....	p.18
 CAPÍTULO 3: Desempenhos Industrial e Agrícola Regionais na Década de 80.....	p.31
 CONCLUSÕES.....	p.44
 NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.46
 BIBLIOGRAFIA.....	p.50
 ANEXO ESTATÍSTICO.....	p.52

INTRODUÇÃO

A década de 80 foi caracterizada por importantes transformações econômicas e políticas que tenderam a alterar a distribuição populacional que vinha ocorrendo até então.

Este trabalho tem como objetivo analisar qual foi a tendência da distribuição espacial da população brasileira, segundo o ponto de vista de tamanho de cidades durante a década de 80. Além disso, é importante levantar hipóteses sobre as possíveis causas econômicas que permitiriam explicar esse tipo de tendência.

No primeiro capítulo será feita uma rápida retrospectiva a respeito de como as origens do sistema urbano brasileiro, ligadas ao desenvolvimento de várias economias regionais explicam a tendência a um sistema urbano desconcentrado. Em seguida, será descrito um breve resumo sobre a evolução "recente" da urbanização brasileira nos anos 50 e 60, onde a expansão do sistema urbano foi caracterizada por uma série de fatores: dispersão da população por um território de dimensões bastante amplas, tendo como consequência uma dispersão do sistema urbano; expansão do sistema industrial; transformações na agricultura e expansão das atividades governamentais.

Verifica-se também, que a tendência de distribuição populacional por classes de tamanho de cidades não foi consensual na literatura existente. No decorrer do texto, serão apresentados os argumentos dos principais autores a respeito desse fenômeno.

Por último, resta analisar como alteraram-se os padrões de distribuição espacial da população brasileira nos anos 70: esgotamento de áreas de fronteira e crescimento das áreas metropolitanas junto ao surgimento de inúmeras cidades de menor porte e maior importância dos centros médios. A análise destaca uma ligeira tendência a queda da taxa de crescimento da área metropolitana de São Paulo.

O segundo capítulo visa fundamentalmente analisar a tendência da distribuição espacial da população brasileira nos anos 80, onde continua a tendência à desconcentração dos anos anteriores e onde é perceptível uma reversão do processo de concentração nas áreas metropolitanas, em favor de um crescimento relativamente maior de cidades médias e grandes não-metropolitanas. Com tal intento, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 80 e projeções populacionais revisadas pelo IBGE para 1990. Apesar das restrições possíveis de serem colocadas a respeito das projeções, estas estatísticas já são suficientes para qualificar as tendências recentes dos anos 80.

O terceiro capítulo é uma tentativa de ilustrar alguns fatores econômicos que provavelmente tiveram influência sobre a tendência a desconcentração do sistema urbano:

a) o impacto da crise na indústria e a recuperação lenta ao longo da década, reduzindo o potencial de crescimento da população das grandes áreas metropolitanas;

b) as transformações na agricultura, onde se destaca o desenvolvimento do agro-processamento, que ao trazer uma elevação das rendas rurais e das atividades urbanas de apoio, foram incentivos ao crescimento de cidades de médio porte ligadas às agriculturas mais modernas.

Finalmente, a conclusão do trabalho procura relacionar as tendências de distribuição populacional com algumas possíveis causas econômicas que parecem ter contribuído para este processo.

CAPÍTULO I

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS DA DÉCADA DE 20: EVOLUÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS E CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA URBANO BRASILEIRO.

1) Características gerais do sistema urbano brasileiro

O processo de urbanização recente, que se dá sob o impacto da industrialização, com as características de um país periférico, requer um conhecimento da divisão do trabalho social pré-existente e do sistema urbano sobre o qual ela se assenta e se transforma.

O sistema urbano brasileiro tem suas origens dentro de um passado colonial, com o surgimento de várias economias regionais (de caráter exportador) e a caracterização de um Estado com funções administrativas (originalmente submetidas aos movimentos internacionais e ciclos econômicos) que explicam um sistema urbano desconcentrado: várias capitais regionais surgiram e se desenvolveram ao longo da história, já denotando uma divisão interna do trabalho que tendia a uma descentralização.

Para esboçar um quadro das tendências gerais do sistema urbano brasileiro, há uma opção metodológica discutida por Vilmar Faria (1) que ele convencionou chamar "articulação de uma problemática sociológica do urbano" (2). Tal opção tem como ponto de partida tratar o urbano como manifestação e lugar da divisão do trabalho na sociedade.

Desta forma, é possível fazer periodizações que delimitem situações concretas, cuja análise deverá ser feita a partir das determinações gerais impostas pelo padrão histórico-cultural de divisão do trabalho social.

No caso do Brasil, a compreensão do processo de urbanização dependerá de um estudo de como se deu a inserção desse país de economia periférica e subordinada, de passado colonial, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho social.

A análise deverá ser do tipo histórico-estrutural, onde três elementos são fundamentais: (3)

— a adoção de um perspectiva que integre os determinantes "externos" ao sistema urbano brasileiro e os determinantes "internos" do sistema urbano nacional.

— o levantamento de elementos teóricos fornecidos por diversas fontes do urbano, estruturado em torno da questão da divisão do trabalho social, como objetivo de explicar o tamanho, estrutura e grau de integração e ritmo de desenvolvimento do sistema urbano.

O sistema urbano brasileiro surgiu dentro de um processo histórico de domínio do capitalismo comercial

ibérico, portanto seu passado ocorreu dentro dos marcos da relação metrópole-colônia.

Fernando Henrique Cardoso, em sua obra "Autoritarismo e Democratização"(4), analisa a cidade e a política ao longo da história latino-americana e verifica que as cidades latino-americanas funcionavam como peças do Sistema Colonial nas colônias, estas eram como um centro de intercâmbio entre os produtos agrários, os produtores das vilas menores e o Reino, por outro lado eram um "elemento fixador de hierarquias que organiza, patrimonialmente, as relações entre os postos de avançada do Império, as aldeias satélites e os povos indígenas tributários".(5)

Cercados pelos interesses coloniais da Coroa e pelas propriedades rurais que se organizaram visando o mercado externo, politicamente as cidades tinham um grau limitado de liberdade, sendo muito mais uma cidade de funcionários do que de burgueses.

Com a ruptura do pacto colonial, bem como o nascimento de uma dependência nacional dentro do contexto de laissez-faire da política comercial britânica, surge a possibilidade de uma participação política mais ativa por parte das cidades. A quebra dos monopólios comerciais fez com que houvesse um fortalecimento dos setores mercantis locais, embora sem romper com o "Antigo Regime" patrimonialista. Havia uma vinculação entre os interesses mercantis coloniais e os interesses estrangeiros, assim como uma interrelação entre capitais urbano-mercantis e agrários.

O sistema político que expressou o novo acordo entre as classes agrárias e os setores urbanos fortemente ligados a elas, foi batizado na América Latina de "dominação oligárquica" (6). No caso brasileiro, eram várias oligarquias regionais, de base sócio-econômica distinta (ora latifundiário-patrimonialista, como no Nordeste, ora burguesa agrário-mercantil, como em São Paulo)."(7)

O núcleo básico do sistema urbano brasileiro articulava-se em torno da região metropolitana de São Paulo, ou melhor, em torno de uma macrorregião compreendida pelo eixo Rio-São Paulo.(8)

Singer, Coutinho e Reichstul sugerem que o estudo da constituição dessa macrorregião urbana seja dividido em seis períodos que consideram as transformações "internas" do padrão de acumulação e de divisão social do trabalho e as repercussões das mudanças no padrão de acumulação e na divisão internacional do trabalho social. Os períodos são:

— anterior a 1840: região de São Paulo em posição marginal na economia do país. O processo de urbanização era incipiente e a população rarefeita.

— 1840-1885: integração da área de forma mais direta na divisão internacional do trabalho através da implantação das bases da economia cafeeira de exportação sobretudo no Vale do Paraíba, alguns pontos do Litoral Norte e na região oeste do Estado mais próxima de São Paulo.

— 1886-1930: apogeu da economia cafeeira de exportação, compondo-se o complexo cafeeiro: café,

atividades comerciais, financeiras, imobiliárias e mesmo industriais.

— 1930-1955: com o desenvolvimento industrial e a modernização agrícola, há intenso crescimento da população urbana, principalmente na região metropolitana de São Paulo e em diversos centros urbanos regionais e locais.

— 1956-1967: acelera-se a integração do mercado nacional sob o comando das atividades industriais, financeiras e agrícolas, na área da macro-região urbana.

— pós 1967: a integração da economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho se completa e se afirma. Consolida-se a indústria de bens intermediários e de bens de capital, amplia-se o setor de bens duráveis. As áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro adquirem considerável porte, embora ocorram no período os primeiros indícios de desconcentração concentrada das atividades industriais.

Até fins do século XIX, os principais fatores responsáveis pela conformação do sistema urbano brasileiro associavam-se ao caráter primário-exportador da economia. Esta passou por auge e crises nos seus produtos de exportação, com uma constante substituição de um produto por outro, resultando num deslocamento geográfico do eixo mais dinâmico da economia. Nas cidades onde se concentrava a atividade exportadora, os momentos de auge deviam implicar em crescimento da população urbana enquanto que nos momentos de declínio não havia queda considerável da população. Existem indicações de que até 1930, as novas necessidades de mão-de-obra foram supridas pela imigração internacional (mão-de-obra escrava e/ou imigrantes europeus).

Com o deslocamento geográfico, novas cidades surgiram ou se desenvolveram para responder pelas funções urbanas do complexo exportador. Na segunda metade do século XIX, há o surgimento de cidades intermediárias: algumas com funções comerciais (ex: algumas cidades paranaenses e paulistas), e outras funcionando como economias urbanas de apoio à atividade exportadora principal (ex: algumas cidades do interior de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

Um momento histórico importante para o estudo do processo de urbanização é o do ciclo exportador baseado no café, o qual teve impacto sobre a urbanização regional e nacional. Dentre as transformações, temos:

— crescimento e oscilações das atividades exportadoras no Nordeste, ao longo do século XIX, com impactos sobre a mobilização de mão-de-obra, sobretudo movimentos migratórios.

— segmentação de mercados regionais, com espasmos de industrialização local e regional.

— impacto urbanizador do complexo cafeeiro (extensão do trabalho livre, avanço da "frente pioneira", implantação de linhas de transporte, adensamento do mercado, etc), principalmente no que tange ao estruturamento da rede urbana do Centro-Sul.

Depois, a industrialização, ao ir redefinindo o modo de inserção das diversas áreas regionais no quadro da divisão do trabalho, transforma a estrutura social e reestrutura a rede urbana pré-existente.

Para Vilmar Faria, ao mesmo tempo em que a população dos grandes centros urbanos vem aumentando em termos absolutos, os dados existentes indicam estar havendo "uma progressiva dispersão da população urbana em termos relativos, o que significa o crescimento dos centros de tamanho intermediário"(9). Isso causa uma assimetria, já que há uma concentração das atividades urbano-industriais mais modernas.

Uma das consequências dessa assimetria é a subdivisão do sistema urbano brasileiro em "quatro regiões urbanas": (10)

- _ um núcleo básico, desenvolvido, que comanda e polariza a rede urbana brasileira e onde tendem a se concentrar as atividades urbano-industriais.

- _ uma periferia imediata a esse núcleo, também em processo de crescente adensamento urbano.

- _ um núcleo urbano secundário, no Nordeste, com funções urbanas ligadas ao comércio e à prestação de serviços e cuja expansão industrial depende de subsídios ao capital financeiro e industrial.

- _ uma periferia afastada, representada pelas frentes de expansão do sistema urbano e por pequenos lugares centrais ligados a "hinterlands" fracamente integrados à economia e ao mercado nacional.

Para um melhor entendimento de como se deu a constituição de um sistema urbano complexo e diferenciado, deve-se levar em consideração as transformações na agricultura: novas relações de trabalho e modernização da agricultura, exigindo um base urbana mais ampla de apoio; e a ação governamental: expansão das estruturas estatais político-administrativas e econômico-produtivas incidindo sobre a conformação do sistema urbano, e o impacto de políticas públicas sobre a localização das atividades econômicas e sobre a criação de espaços urbanos.

Resta-nos concluir que todas essas observações nos levam a perceber que as características da economia primário-exportadora, no Brasil, contribuíram para a relativa dispersão tanto da população como do sistema de cidades por vastas porções do território brasileiro.

O Brasil, um país de experiência colonial primário-exportadora e de industrialização tardia e dependente, possui um sistema urbano distinto do modelo *primate city*, onde se teoriza que os grandes centros são os que mais crescem em termos populacionais.

Tendo percorrido brevemente sobre as origens do sistema urbano brasileiro para caracterizá-lo como tendo um passado histórico que já indica uma tendência à desconcentração desse sistema, não cabe aqui detalhar toda a trajetória do processo de urbanização desde seu passado colonial até o século atual. Por conseguinte, a partir de agora, passaremos

a discutir a "evolução recente", iniciando pela década de 50.

2) Evolução "Recente": a urbanização brasileira nos anos 50 e anos 60 - um breve resumo. (11)

Durante a década de 50 a taxa de crescimento da população urbana (20000 habitantes ou mais) atingiu 7,28% anuais em comparação a uma taxa de crescimento da população da ordem de 3,61%.

Esse vigoroso crescimento da população urbana deveu-se ao crescimento da população dos centros já existentes e à multiplicação dos centros urbanos, expressando-se numa extensão do sistema urbano por todo território nacional, "consolidando um sistema urbano cada vez mais denso e criando uma rede de cidades cada vez mais articulada" (12). O crescimento de grandes áreas metropolitanas ocorreu em todo território. Em 1970, as cidades de 500.000 habitantes ou mais estavam mais dispersas pelo território que em 1950.

A expansão do sistema urbano explica-se pelo crescimento vegetativo e migrações internas. Do ponto de vista sócio-econômico, esta expansão deveu-se a um conjunto de fatores: (13)

a) A dispersão da população por um território de dimensões bastante amplas, tendo como consequência uma dispersão do sistema urbano.

b) Expansão do sistema industrial, criando novos empregos e exigindo a expansão do sistema urbano pelo território.

c) Transformações na agricultura, em virtude de sua modernização e crescente integração ao mercado e da ocupação da fronteira agrícola, exigindo novas funções urbanas e/ou a dispersão das já existentes.

d) Expansão das atividades governamentais.

Observando-se o grau de primazia urbana através da porcentagem da população urbana (20.000 habitantes ou mais) que vive nas duas maiores áreas metropolitanas: Rio de Janeiro e São Paulo, obtem-se que enquanto em 1920, 52,8% da população urbana vivia nas duas áreas metropolitanas, em 1970 esse índice cai para 28,1%. (14)

O sistema urbano brasileiro moveu-se, do ponto de vista da distribuição da população por cidades de diferentes tamanhos, "cada vez mais em direção de um sistema de cidades do tipo lognormal, afastando-se, em consequências, do padrão primaz classicamente atribuível às economias em desenvolvimento". (15)

Outra evidência que aponta no sentido de uma dispersão do sistema urbano brasileiro é que nos anos 60, a taxa de crescimento da população dos municípios centrais das áreas metropolitanas foi a menor no grupo de cidades de 100.000 habitantes ou mais. Por outro lado, as cidades não-metropolitanas de 250.000 habitantes ou mais apresentaram, para o mesmo período, as mais altas taxas de crescimento no grupo.

Existe uma assimetria entre a distribuição da população e a distribuição das atividades industriais (pelo menos até 1970 concentradas nas duas maiores áreas metropolitanas no Sudeste). Isso sugere que um certo padrão de divisão interurbana do trabalho vem ocorrendo no Brasil, levando a uma diferenciação funcional das cidades no interior do sistema urbano.

3) Um Fenômeno Controverso

A tendência da urbanização recente no sentido de uma desconcentração ou concentração do sistema urbano não foi consensual na literatura existente. Existiu uma controvérsia em que alguns autores apontaram uma tendência à desconcentração da rede urbana e outros que insistem numa concentração da população nos grandes centros urbanos e áreas metropolitanas.

Com o intuito de fazer uma breve revisão de como houveram posições diferenciadas com relação a essa questão, serão colocados os argumentos dos seguintes autores: Hamilton Tolosa, Vilmar Faria, George Martine e Lísicio Camargo.

Hamilton Tolosa (16), em 1973, estudou a distribuição espacial da população brasileira e pôde observar aspectos negativos decorrentes da excessiva metropolização: poluição ambiental, migrações internas aumentando o desemprego e subemprego urbanos, com conseqüente deterioração da renda.

Em sua opinião, as mudanças mais notáveis do sistema urbano na última década foram indícios de dispersão espacial. Como estudo empírico constrói um modelo de tamanho urbano onde há um limite de população acima do qual a cidade se torna inviável tanto em termos sociais como privados.

Tolosa fez ainda um estudo sobre o desempenho do setor urbano entre 1920 e 1970, reunindo alguns indicadores agregados: população, geração de renda e de emprego. (17)

Sob o critério de população urbana, observou que no período recente sobressaíram as cidades entre 100 e 250 mil habitantes. A maior importância relativa das cidades médias ocorre no âmbito do auge da industrialização via substituição de importações (década de 50). Durante a década de 60 aparecem indícios de dispersão no sistema urbano. O grau de primazia das áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e de São Paulo reduziu-se de 29,3% em 1940 para 23,7% em 1960, estabilizando-se na década de 60. (18)

Do ponto de vista de geração de renda interna, "as modificações no sistema urbano são comandadas por cidades médias e grandes com alto grau de industrialização e que atuam como pólos de mercado macrorregional ou nacional". (19)

As cidades são cada vez mais pressionadas pelas migrações internas, gerando mais desemprego e dando origem aos anéis de pobreza na periferia das áreas metropolitanas.

Conclui que o destaque dos centros médio aliado à participação constante de Rio e São Paulo no decorrer da década de 60, indicam que a distribuição de tamanhos urbanos no Brasil vem evoluindo de uma forma primaz para uma forma lognormal. A predominância do efeito "novos centros" evidencia que a distribuição espacial das cidades vem tendendo para uma forma mais equilibrada.

A análise de Tolosa feita para os anos 60 é capaz de indicar certos prenúncios de maior dispersão espacial, como, por exemplo, a crescente importância dos centros médios como absorvedores de mão-de-obra e a melhoria destes centros com referência ao valor de transformação industrial, tendo sido somente superados pelas cidades primazes. Vários centros médios e alguns grandes na região Centro-Sul possuem um nível de renda equivalente ou superior ao das áreas metropolitanas da região. As cidades médias ocupam o segundo lugar no sistema urbano em termos de renda familiar e grau de industrialização e terceiro em produtividade.

Termina observando que a Grande São Paulo já havia há algum tempo mostrando sinais de deseconomias de aglomeração: grandes indústrias se deslocando para o Vale do Paraíba, Campinas e outras cidades próximas. Projetando todas essas tendências para um tempo futuro, Tolosa acredita que as cidades médias deverão consolidar definitivamente a sua posição como centros de irradiação de inovações tecnológicas e de transformações sociais.

Com a mesma perspectiva de uma tendência à desconcentração da rede urbana, Vilmar Faria (20) oferece um quadro das tendências recentes dos problemas urbanos brasileiros.

Introduz sua análise observando que o Brasil, entre 1945 e 1980 apresentou taxas bastante elevadas de crescimento e sofreu profundas mudanças estruturais. Emergiu uma sociedade urbano-industrial complexa.

Durante o período 1960-1980, verificou que a população urbana cresceu de 18 milhões para 80 milhões de habitantes. Tal crescimento não se destinou apenas a um pequeno número de centros de grande porte. O processo de urbanização apresenta uma dupla característica: em termos absolutos mostra uma concentração populacional em um pequeno número de áreas metropolitanas e grandes cidades, ao lado de um crescimento de um número grande de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial de trabalho social entre campo e cidade e entre cidades.

"O sistema urbano brasileiro possui índices "rank-size" de primazia urbana relativamente baixos e, ao mesmo tempo, possui cerca de trinta aglomerações de grande porte (250 mil habitantes ou mais)". (21)

A industrialização via substituição de importações transformou a estrutura produtiva no campo e na cidade. Ocorreram fortes movimentos migratórios rumo à cidade e mudaram as relações de trabalho nas áreas rurais.

O sistema urbano e as cidades urbanas brasileiras, no final dos anos 70, apresenta uma desconcentração, enquanto que as atividades mais modernas e dinâmicas são concentradas em algumas regiões e centros urbanos.

Com base nos resultados das projeções realizadas por Camarano, Beltrão e Neupert (1988) (22), a mais conservadora, Vilmar Faria fez uma estimativa de como será a população urbana e a distribuição por classes de tamanho no ano 2000.

Utilizando um artifício: a estimação do número provável de aglomerações urbanas no futuro tomando como base o padrão histórico (prevalente entre 1950 e 1980) de distribuição das cidades por classes de tamanho, e tendo a população projetada para a Região Metropolitana de São Paulo e para o conjunto da população urbana como referência; visando o modelo de "rank-size" e supondo que o padrão recente de distribuição das cidades por classes de tamanho persistirá, Faria simulou a futura configuração do sistema urbano: "a população urbana brasileira vivendo em conurbações de 20 mil habitantes ou mais alcançaria 123,9 milhões de habitantes (o equivalente ao total da população brasileira em 1980), distribuídos por 671 dessas conurbações" (23). Em torno de 38 milhões de pessoas estariam vivendo nas três maiores aglomerações urbanas do país (Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Belo Horizonte) e quase 67 milhões de pessoas vivendo em duas dezenas de grandes aglomerações de mais de um milhão de habitantes.

Como conclusão mostra o exemplo da cidade de São Paulo que apesar de possuir grande dinamismo, existem indicações de que as indústrias de ponta tendem a se localizar fora da Grande São Paulo: interior do Estado e outras regiões do país. O deslocamento espacial das atividades dinâmicas do centro para a periferia do sistema urbano pode modificar o sentido dos fluxos migratórios.

Em contraposição aos dois autores mencionados, temos George Martine e Lísio Camargo (24) que possuem a idéia de concentração em áreas já densamente povoadas e de maior dinamismo econômico. Fazem um trabalho com as principais tendências demográficas das últimas décadas com ênfase no período 1970-1980.

Para verificar os padrões de redistribuição inter-regional, dividem o Brasil em quatro principais áreas: (25)

a) áreas tradicionais de emigração: Nordeste (excluindo o Maranhão), os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

b) Núcleo Industrial: Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

c) Áreas de Fronteira Consolidada: Estados do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul;

d) Áreas de Fronteira em expansão: região Norte e Estado do Mato Grosso.

A década de 70 apresentou os seguintes padrões de redistribuição populacional: uma aceleração do crescimento de São Paulo à custa de quase todos os outros Estados, a

estagnação e reversão da migração nas áreas de fronteira de maior absorção em décadas anteriores, e a ocupação da fronteira amazônica. Continuou o processo de esvaziamento do Nordeste, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao fazerem um esquema de como se deu o processo de urbanização do país no período de 1940-1980, examinaram as taxas de crescimento por classes de tamanho de cidades e observaram que todas as classes apresentaram um crescimento acelerado. Mas quando analisam a evolução da distribuição residencial de toda a população, inclusive a rural, de acordo com o tamanho da localidade da residência, têm a convicção de que está havendo um esvaziamento relativo da população rural e localidades menores, insistindo na idéia de que a partir daí ocorre um inchamento e concentração nas maiores cidades.

Conforme pôde-se observar, a questão de como se deu a distribuição espacial da população urbana brasileira foi interpretada de formas contrárias pelos autores citados, os quais fizeram seus estudos para as décadas passadas. Diante da existência desse desacordo, torna-se interessante esta pesquisa que irá centrar-se principalmente nos anos 80, cuja hipótese será em direção de uma desaceleração do crescimento das metrópoles e aumento do crescimento das cidades médias. Por ora, este capítulo será referente aos anos 70.

Martine *et alii* (26) realizaram um trabalho que analisa o processo de urbanização e concentração populacional, aos níveis nacional e regional.

Do ponto de vista regional, os autores afirmam que a distribuição da população brasileira já está predeterminada até a virada do século: 52% da população urbana total no Sudeste e as áreas rurais nordestinas perdendo participação no total.

A seguir, examinam o crescimento urbano e a urbanização do último meio século, centrando a análise nas décadas 60 e 70.

As maiores cidades (as de 500.000 habitantes ou mais) vêm absorvendo mais da metade da população urbana entre 1940 e 1980. Em 1940 havia apenas três cidades desse tamanho, abrigando 55% da população urbana e 11% da população total. Passa a incluir 14 localidades em 1980: nove regiões metropolitanas, o Distrito Federal, Goiânia, Manaus e Campinas e o aglomerado de Santos, contribuindo com 62% da população urbana e um terço da população total. (27)

Segundo os autores, a categoria de cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes perdeu importância relativa em relação à composição da população urbana e total entre 1940-1960. A participação na população total passou de 5,1% em 1940 para 9,6% em 1980, sendo que o maior acréscimo se deu na década de 70. As duas classes menores (20 a 50 mil habitantes e 50 a 100 mil habitantes) mantiveram praticamente igual a sua população urbana e aumentaram sua participação na população total: de 3,6% para 10,4% entre 1940-1960.

Martine et alii, ao realizarem um estudo da dinâmica interna das cidades segundo a classe de tamanho, o fizeram em seus diversos componentes: surgimento de cidades novas, crescimento dentro da classe e passagem para novas classes. Seguiram então o procedimento segundo o qual faz-se um contraste entre a população das cidades de uma determinada categoria no início e no fim do período, independentemente do número de cidades que inicia ou finaliza a década na categoria e sem exigir que as cidades sejam necessariamente as mesmas.

Com isso ressaltam que muitas novas cidade surgiram, algumas se transformaram em cidades médias ou grandes, juntamente com o crescimento generalizado de todas as classes de tamanho, insistindo na idéia de concentração da população em cidades cada vez maiores.

Os autores admitem que na décadas de 60 e 70 há uma ascendência no ritmo de crescimento das cidades médias (i.e., as de 100 a 500 mil e as de 50 a 100 mil habitantes). Nas de 100 a 500 mil, esse incremento deveu-se ao crescimento das cidades existentes e mudanças de localidades de classes inferiores. Porém consideram apressado concluir que as cidades médias cresçam mais, apoiados no fato de que "não há nenhuma relação mecanicista ou determinista entre tamanho de cidade e velocidade de crescimento"(28). Essa última é correta quanto à inexistência de um fator determinístico. Entretanto, torna-se inevitável acompanhar o crescimento das cidades segundo a classe de tamanho (como eles mesmos o fizeram), adotando um ou outro procedimento metodológico. Na escolha de determinado procedimento, isso implica em resultados completamente diferentes que levam a cadeias de raciocínio antagônicas quanto às hipóteses de concentração ou desconcentração da rede urbana. Martine et alii adotaram um procedimento e a partir daí concluíram uma série de fatores que poderiam ter levado à continuidade do processo de concentração urbana (fundamentados nos resultados que obtiveram).

Afirmam que nas décadas de 40 e 50 houve um dinamismo de centros pequenos (e hoje médios). Quando se examina as cidades que influenciaram o ritmo de crescimento relativamente mais rápido das cidades intermediárias nas décadas de 60 e 70, descobre-se que são praticamente as mesmas que impulsionaram as taxas da classe. Outras cidades destas categorias passaram a crescer rapidamente pelo simples fato de uma região metropolitana em expansão ter aumentado seus limites, estabelecendo com elas uma relação de funcionalidade.

Agora serão esboçadas as conclusões a nível regional que os autores tiraram a respeito do crescimento das cidades, todas elas dependentes do procedimento metodológico que adotaram. (29)

Com a desagregação do crescimento populacional por regiões, a Região Sudeste confirma-se como a que possui o maior número de cidades, assim como uma concentração em núcleos urbanos de 500.000 habitantes e mais. Em 1980, esta

categoria absorvia 70% do total da população urbana regional e praticamente metade da população total da região. A região Sudeste caracterizava-se não só por apresentar maior proporção de sua população residindo nas áreas urbanas, como também nas maiores cidades.

O Norte e o Centro-Oeste também apresentaram um processo de concentração da população urbana e total nas maiores cidades. Em 1990, Belém e Manaus possuíam 69% da população urbana na região Norte e Brasília e Goiânia 55% da do Centro-Oeste.

O Nordeste contava com três cidades com mais de 500 mil habitantes em 1960: Recife, Salvador e Fortaleza, responsáveis por 61% da população urbana total da região, proporção que caiu para 49% em 1980.

A região Sul apresentava em 1940, três cidades de 100 a 500 mil habitantes, com 81% da população urbana da região. Duas passaram para a categoria superior, representando 44% da população urbana em 1980. As cidades médias foram as que mais cresceram, fazendo com que o Sul, em 1980, tivesse a distribuição populacional mais equilibrada entre as classes de cidades em todas as regiões.

A seguir, os autores esboçam algumas conclusões acerca da análise dos componentes do crescimento populacional, por regiões, segundo o tamanho de localidades de residência entre 1970-1980.

Na região Sudeste, observa-se que embora as cidades de tamanho intermediário tenham apresentado uma taxa de crescimento superior à das grandes cidades, foram as últimas que absorveram a maior parte do crescimento populacional (68%).

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, foi a população das grandes cidades que apresentou a maior taxa de crescimento, causada em grande parte pelo intenso fluxo migratório que para lá se dirigiu. Essas duas regiões também possuem uma forma concentrada de seu desenvolvimento urbano, apesar do processo de urbanização ter sido recente.

O Sul, com uma rede urbana mais equilibrada, teve grande parte das migrações intra-regionais dirigidas para as cidades intermediárias. Segundo os autores, é provável que parte significativa desse fluxo seja constituído por migrantes de origem rural, expulsos do campo devido às transformações ocorridas na agricultura paranaense. Entretanto, nas próximas décadas haverá uma redução desse fluxo, resultando num maior crescimento das cidades maiores.

No Nordeste, as cidades menores foram as que mais cresceram. A região metropolitana de Recife possuía um baixíssimo poder de atração, enquanto que as outras capitais nordestinas (Maceió, Natal, João Pessoa) da categoria de 20 a 500 mil habitantes passaram a reter parte dos fluxos estaduais que iam para as regiões metropolitanas.

"Apesar do crescimento relativamente acentuado das grandes cidades em quase todas as regiões do país, esse crescimento, com excessão da região Sudeste, não absorveu o total do fluxo rural-urbano regional". Apesar das metrópoles

não absorverem o total desse fluxo, são elas que acabam sofrendo os maiores impactos. (30)

Apoiando-se em todas estas observações, Martine *et alii* concluem que o Sudeste atinge padrões de adensamento populacional compatíveis com os de um país desenvolvido. Na opinião deles, o processo de urbanização se dá em concentração progressiva.

Por contraposição, o exame do crescimento urbano por classes de tamanho a partir de outro procedimento: acompanhar o crescimento inter-censitário de todas as cidades inseridas em determinada classe no início do período, independentemente de permanecerem ou não na mesma categoria até o fim do período, pode-se visualizar o crescimento de determinada classe do início ao fim do período com as mesmas cidades.

Acompanhando a taxa de crescimento segundo a classe no início do período da tabela dos componentes do crescimento urbano por classes de tamanho a nível nacional (31), pode-se observar que no período 1950-1980, a classe de 500 mil habitantes ou mais vem apresentando uma queda da sua taxa de crescimento segundo a classe no início do período (5,06% na década de 50, 4,5% na década de 60 e 3,89% na década de 70), enquanto as classes de 100 a 500 mil habitantes e 50 a 100 mil habitantes vêm crescendo a taxas maiores que a classe superior (5,39% e 5,07% na década de 60 e 4,93% e 4,61% na década de 70, respectivamente).

Isto mostra que apesar da população urbana das grandes cidades estar aumentando sua participação no total em termos absolutos, elas vêm apresentando nítida desaceleração desse crescimento nas últimas décadas, enquanto que as cidades de tamanho intermediário crescem em termos absolutos e a taxas superiores. Essa mesma taxa vem caindo a um ritmo inferior que a queda da taxa das grandes cidades, o que denota uma progressiva descentralização da rede urbana brasileira.

O fato é que os anos 70 marcam um momento muito importante na questão da urbanização (32): a transição demográfica brasileira, caracterizada pela acentuada redução dos padrões de fecundidade, aumento dos graus de urbanização e maior peso das populações metropolitanas.

Também alteraram-se os padrões de distribuição espacial desta população: esgotamento das áreas de fronteira e crescimento das áreas metropolitanas junto ao surgimento de inúmeras cidades de menor porte e maior importância das cidades médias.

Uma análise dos movimentos migratórios nacionais deve levar em conta características estruturais, tais como as transformações recentes na agricultura nacional (ocupação de novas fronteiras, incorporação de progresso técnico e concentração de áreas consolidadas).

Nos anos 70, as novas áreas de fronteira se encontram principalmente no Norte do país: Pará, Rondônia e Mato Grosso. As antigas fronteiras do Paraná e Goiás tornam-se expulsadoras. No Paraná isto ocorre devido a modernização agrícola e a introdução da soja-trigo.

Três áreas urbanizadas constituem-se centros de atração na migração interestadual: São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Nos dois últimos, a capacidade de reter migrantes diminui, enquanto que em São Paulo ocorre o contrário.

As tendências desses movimentos apontam no sentido de uma redução da importância das fronteiras agrícolas na absorção de migrantes enquanto o destino da migração nacional continua concentrando-se no Estado de São Paulo.

As regiões Nordeste (exceto Maranhão nos anos 50), Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são as áreas tradicionais de expulsão desde a década de 40. Na década de 70, São Paulo absorve 68% dos migrantes saídos do Nordeste (absorvia 49% na década de 60) e o Rio de Janeiro 15% (absorvia 24% na década anterior).

Na década de 70 houve intensa migração dentro do Estado de São Paulo.

A migração para o Norte do país teve origem no Nordeste e Centro-Oeste, Minas Gerais e Paraná.

4) O processo de interiorização do estado de São Paulo na década de 70.

São Paulo é o principal centro de imigração nacional desde 1930. Por isso se torna imprescindível fazer um estudo da migração com destino urbano que se dirige sobretudo para o maior centro industrializado do país. É o que faremos a seguir, começando por uma breve retrospectiva de como se deram as principais transformações na estrutura econômica de São Paulo, para assim prosseguir mostrando como se deu a interiorização do desenvolvimento econômico desse Estado de importância vital na explicação do processo de desconcentração do processo de urbanização. Com este intento, utilizaremos como base o texto de Wilson Cano *et alii*. (33)

A segunda metade dos anos 50 é o momento de ruptura no padrão de acumulação da economia brasileira. Inicia-se o processo de industrialização pesada, da montagem das bases materiais do capitalismo industrial no país. Paralelamente, houve uma diversificação da estrutura social (com a generalização do consumo de massa), relacionada ao aumento do emprego. Houve também mudanças no âmbito rural (surgimento da atividade agro-industrial de processamento) e terciarização como resultado do desenvolvimento de novos serviços de apoio à produção (serviços de transporte, comunicações, setor financeiro, etc).

No Estado de São Paulo essas mudanças são bem nítidas. Num primeiro momento, houve concentração da atividade industrial na capital e sua área de influência direta. Com o período do "milagre econômico" começaram a ocorrer maiores custos de aglomeração na região da Grande São Paulo. Depois ocorreu uma descentralização da atividade industrial que junto à modernização agrícola possibilitou a difusão dessas

mudanças pelo interior do Estado, generalizando-se assim o novo padrão de urbanização pelos centros médios.

O interior urbaniza-se e sua agricultura é modernizada, desembocando em uma descentralização relativa da atividade industrial do Estado. Destacam-se a porção do Vale do Paraíba próxima à capital e o eixo de Campinas até São José do Rio Preto. Difundem-se as novas relações de trabalho pelo interior e os novos padrões de divisão do trabalho entre campo e cidade e entre cidades.

Na década de 70, além da capitalização da agricultura, foram criadas outras condições para um maior desenvolvimento industrial no interior: urbanização dinâmica, força de trabalho, rede de comunicações, etc.

No início da década de 70, o governo federal passou a propugnar pela descentralização industrial de São Paulo em direção à periferia nacional, sob o discurso de que estariam surgindo diversos problemas decorrentes da excessiva concentração urbana. Como resultado, ocorreu uma relativa descentralização da indústria em São Paulo, no sentido metrópole-interior. Foram realizados investimentos na área de petróleo e petroquímica (Paulínia e São José dos Campos), o Proálcool, concentrado em Campinas e Ribeirão Preto, Cosipa em Cubatão, complexo aeronáutico no Vale do Paraíba.

Dados da indústria mostram uma desaceleração da taxa de crescimento desta em São Paulo no período 1975-1980, enquanto que o resto do país teve essa taxa bem superior à de São Paulo.

Na década de 70 o Estado de São Paulo perdeu peso na indústria nacional: de 58,2% em 1970 para 53,4% em 1980, abaixo do nível de 1959. Paralelamente ocorreu um rápido processo de interiorização da indústria em São Paulo; a participação do interior no total da produção industrial paulista passou de 29,3% em 1970 para 41,4% em 1980. Com isso, o interior do Estado de São Paulo tornou-se a segunda maior concentração do país, perdendo somente para a região metropolitana.

Curiosamente, enquanto o interior expandia sua participação no total da produção industrial do Brasil entre 1970 e 1980, de 14,7% para 19,8%, a do Estado de São Paulo caía de 58,2% para 53,4%. É o chamado "paradoxo da descentralização" nacional.

O interior teve uma participação de 30,5% do total de novos empregos gerados entre 1959 e 1970, passando para mais da metade entre 1975-1980. O interior era responsável por 43,4% do acréscimo da PEA no setor secundário em 1970, ao mesmo tempo em que caía o peso da metrópole de 64,7% em 1970 para 56,6% em 1980. Com isso, o interior ganhou importante peso relativo na PEA do setor secundário durante a década.

No decorrer dos anos 60 e sobretudo nos anos 70, ocorreram importantes transformações no campo, tais como o incremento de produtividade do trabalho, incorporação de novos cultivos e transformações das relações do trabalho. Essa modernização produziu um movimento de expulsão do trabalhador do campo. Grande parte desse fluxo foi absorvido

pelas cidades médias do interior, próximas às regiões de agricultura moderna e diversificada.

A modernização da agricultura em todo o Estado de São Paulo, ao diminuir a geração de emprego, causou uma redistribuição da população pelo território, provocando migrações para outras regiões.

A agroindústria implantou-se preferencialmente nas regiões que já contavam com uma infra-estrutura econômica e social mais moderna: rede urbana, infra-estrutura viária, serviços e indústrias complementares, etc, condições que o Oeste Paulista não possuía. Dessa forma, esse período consubstanciou um processo de permanente desequilíbrio-reequilíbrio da divisão inter-regional do trabalho. Em dado momento a indústria ia se estabelecendo junto à metrópole e nas regiões próximas a ela, em outro momento ocorria uma expansão da ocupação econômica do território junto ao desenvolvimento da agricultura que expandia a área viável para a implantação da indústria.

No que se refere à evolução da rede urbana, na década de 70 a metrópole teve sua taxa de crescimento reduzida a 4,4% ao ano, taxa inferior às das décadas anteriores, enquanto Campinas cresceu a uma taxa de 5,8%, o Vale do Paraíba a 5,3% e Sorocaba a 5,1%. Ribeirão Preto é uma exceção: 4,1%, e é uma cidade cujo desenvolvimento industrial deveu-se mais à agroindústria, mantendo seu ritmo declinante de crescimento. O Oeste Paulista apresentou taxas declinantes de crescimento urbano nessa década.

Ao longo da década de 70 o peso da metrópole na população do estado diminuiu ligeiramente de 55,1% para 54,9%. De fato houve um crescimento e modernização dos grandes centros regionais, mas paralelamente houve uma generalização do crescimento urbano pelas cidades médias.

CAPÍTULO 2

DADOS QUANTITATIVOS A RESPEITO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 80 E SUA ANÁLISE SEGUNDO TIPOS DE CIDADES.

O objetivo básico deste capítulo é analisar as tendências recentes que caracterizaram o sistema urbano brasileiro no que concerne à sua distribuição populacional por cidades de diferentes tamanhos, para, em momento posterior, levantar hipóteses das possíveis causas econômicas que teriam orientado esse processo.

Com este intento, foram utilizados os Censos Demográficos de 1970, de 1980 e projeções populacionais revisadas pelo IBGE no final da década de 80, com base em resultados do Cadastro Eleitoral de 1988/1989. Ainda que estes dados apresentem problemas e que o Novo Censo Demográfico possa indicar números distintos, estas estatísticas já são suficientes para qualificar as tendências recentes do anos 80.

É necessário ter em vista que as alterações na distribuição da população sobre o espaço estiveram influenciadas pela forma como se organizaram as atividades econômicas da década analisada.

O quadro geral da economia brasileira apresentou um desempenho errático. Os anos iniciais marcaram uma séria recessão industrial, os anos intermediários foram de grande crescimento, mas com repercussões setoriais e regionais distintas. Do ponto de vista agrícola, o movimento aponta no sentido de uma redução temporária da modernização agrícola anterior, em razão da crise, abrindo possibilidades para um processo de "minifundização".

Os efeitos da crise e dos processos de crescimento urbano relativos aos anos 80 indicam que as tendências de concentração populacional no Sudeste, sobretudo em São Paulo, não mantiveram a intensidade das décadas anteriores.

Algumas informações regionalizadas acerca do emprego são úteis para avaliar a capacidade de cada economia regional em reter os eventuais excedentes populacionais de suas áreas rurais ou de reacomodar suas populações urbanas.

Séries da Produção Industrial (34) apontam o menor crescimento de São Paulo, frente à média nacional, ou a qualquer outra região do país. Os efeitos da crise industrial de 1981/83 são particularmente visíveis em São Paulo, com queda de quase 20% da produção.

Os índices de emprego, construídos a partir do painel fixo da RAIS mostra que o emprego na indústria de transformação da Grande São Paulo em 1983 representa 76,9% do emprego em 1979, mantendo um desemprego elevado na fase posterior de recuperação em comparação às outras áreas metropolitanas.

A maturação de projetos de investimentos iniciados no contexto da descentralização do II PND, o encadeamento industrial devido ao desempenho agrícola de várias regiões e

O crescimento de setores localizados faz com que os demais estados apresentem taxas de crescimento industrial mais elevadas que São Paulo.

Se estes efeitos são mais visíveis, resta investigar o que teria ocorrido com o sistema urbano.

Os resultados da tabela 1 permitem uma aproximação inicial a esse processo.

TABELA 1

CRITÉRIO - MESMA CLASSE DE TAMANHO

DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE.

BRASIL

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
		1970	1980	1990	DECADE DE 70	DECADE DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	763	30.6	25.5	24.3	3.0	2.3
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	187	14.5	13.5	13.5	2.2	2.8
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	95	17.2	19.3	19.7	4.3	3.3
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	3	1.4	2.2	2.6	6.5	4.6
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	3	0.8	3.3	3.5	8.2	4.4
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	1	2.3	2.5	2.4	3.7	2.8
ÁREA METROP. DE CURITIBA	3	3.2	3.6	3.6	3.7	3.3
ÁREA METROP. DE BELEN	1	1.0	1.1	1.2	4.3	3.6
ÁREA METROP. DE BAHIA	3	3.7	3.9	2.0	4.2	3.4
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	1	1.5	1.7	1.9	4.1	3.6
ÁREA METROP. DE RECIFE	3	2.7	2.6	2.6	2.6	2.6
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	1	12.1	14.0	14.4	4.4	3.1
ÁREA METROP. DE BLLO HORIZONTE	3	2.4	2.8	3.0	4.7	3.6
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	1	10.5	10.0	9.4	2.4	2.2
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	9	35.3	38.2	38.6	3.7	2.9
TOTAL BRASIL	1038	67504749	90007938	119009870	2.9	2.8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

O percentual do total da população da área metropolitana sobre a população urbana brasileira teve um crescimento pouco significativo nas duas últimas décadas. De acordo com as projeções, este passou de 38,2% para 38,6% no período de 1980-1990.

A área metropolitana de São Paulo aparentou uma importante queda de sua taxa de crescimento na década de 80: caiu de 4,4 para 3,1, refletindo os dados econômicos descritos anteriormente, bem como um movimento em direção ao interior desse estado, ao sul de Minas e outras áreas urbanas da periferia nacional.

Por contraposição, as cidades não-metropolitanas de mais de 100 mil habitantes aumentaram sua participação no total da população urbana, passando de 19,6% em 1970 para 23,8% em 1990. As taxas de crescimento destas classes foram maiores do que as taxas referentes ao total da área metropolitana.

Pode-se observar também nas projeções que durante a década de 80, a taxa de crescimento da área metropolitana do Rio de Janeiro foi menor do que a média nacional, enquanto que a da área metropolitana de São Paulo se aproximou dessa média.

As tendências observadas para os anos 80 estão evidentemente influenciadas pelos resultados anteriores porque em parte se apresentam como continuação de um processo mais amplo, mas também porque o critério utilizado na projeção para 1990 levam em conta os resultados do decênio anterior. Assim, os percentuais dos anos 80 não se diferenciaram muito daqueles verificados nos anos 70. Mesmo assim, não deixa de ser significativo que as taxas de crescimento das cidades médias e das cidades grandes não-metropolitanas foram em sua maioria superiores às taxas verificadas para as áreas metropolitanas.

Entretanto, alguns autores insistem em considerar que o processo de urbanização se dá em concentração progressiva: "Quanto aos padrões de distribuição espacial, não há dúvida de que o futuro aponta para uma concentração crescente de atividades econômicas e, portanto, de população, em torno da área dominada pela região metropolitana de São Paulo... Nesse contexto, será preciso o país começar a se reconciliar com as perspectivas da concentração em cidades cada vez maiores." (35)

Esses autores consideram mais apropriado adotar o procedimento de acompanhar o crescimento intercensitário das cidades de uma determinada categoria no início e no fim do período, independentemente do número de cidades que inicia ou finaliza a década e sem exigir que as cidades sejam necessariamente as mesmas.

Tal procedimento é problemático, visto que a mobilidade entre as classes no decorrer do período implica em um comparação inadequada entre cidades diferentes no início e no fim do período.

Este critério, se é útil para evidenciar que o crescimento urbano brasileiro tem implicado no aumento do número de cidades, é inadequado para dimensionar o crescimento das classes de cidade segundo tamanho populacional.

Mesmo assim, esse tipo de procedimento gera, normalmente, taxas de crescimento maiores que o procedimento utilizado anteriormente neste trabalho, pois as classes no fim do período são acrescidas de cidades que surgiram, ou que subiram de classe no período estudado.

A análise da tabela 2 permite visualizar dois processos: a multiplicação de cidades e um adensamento e diversificação da rede urbana. É inegável que a população das grandes áreas metropolitanas vem aumentando de forma considerável em termos absolutos, porém, os dados existentes indicam estar havendo, ao mesmo tempo, uma progressiva dispersão da população em termos relativos, significando o crescimento dos centros de tamanho intermediário.

Sendo assim, cidades não-metropolitanas com mais de 50 mil habitantes eram 207 cidades representando 29,8% do total da população urbana, em 1970. Já em 1990, essa mesma classe passa a 421 cidades representando 41% da população urbana.

A comparação com a participação do total das áreas metropolitanas se torna surpreendente ao verificarmos que esta última aumentou de 35,4% para 38,6% somente.

Tanto para a década de 70, como para a década de 80, as taxas de crescimento das classes de cidades não-metropolitanas com mais de 100 mil habitantes mostram valores mais elevados do que as áreas metropolitanas da região Sudeste e maiores também do que a média do total das áreas metropolitanas.

Para ilustrar essa situação de uma inversão do processo de tendência à concentração nas áreas metropolitanas, há os resultados disponíveis sobre o comportamento do emprego em áreas metropolitanas e não-metropolitanas. As Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs) (36) indicam pressões sobre o mercado de trabalho metropolitanos, principalmente na região metropolitana de São Paulo. Por ocasião da crise de 1981/83, as maiores taxas de desemprego (diferença entre a população economicamente ativa e pessoal ocupado, sobre a população em idade ativa) são de Belo Horizonte e São Paulo, com um segundo patamar para Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba. Já as taxas do interior paulista, além de baixas, refletem um impacto bem menor da crise do início da década.

As áreas periféricas, menos industrializadas e de menor grau de urbanização do país sofreram menos os impactos negativos da crise em relação às demais áreas, particularmente no Sudeste e, neste, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das razões para esse impacto diferenciado é o fato da crise dos anos 80 ter atingido em peso a economia urbana do país, sobretudo a industrial. Dentro do setor, a indústria mais atingida foi a de bens de capital, concentrada principalmente no Sudeste. (37)

Tendo em vista as especificidades regionais que podem implicar em dinâmicas regionais distintas, resta averiguar como elas se deram sob o ponto de vista da distribuição por classes de tamanho de cidades durante a década de 70 e principalmente na década de 80.

Esta análise é importante porque um segundo questionamento sobre as tendências de desconcentração do sistema urbano brasileiro é se elas estão restritas às regiões mais industrializadas do Sudeste, particularmente em São Paulo. Martine & Campolina têm uma resposta afirmativa a este questionamento e afirmam que "dada a primazia da área metropolitana de São Paulo no processo de industrialização e sua posição como centro nevrálgico do pólo dominante de São Paulo, a desconcentração pode ser construída como um movimento em direção à periferia do pólo dominante ou em direção à periferia do pólo dominante ou em direção a novos pólos em regiões mais distantes." (38)

Para verificar se realmente a desconcentração se deu no estado de São Paulo em particular ou se a tendência à desconcentração foi um fenômeno verificado também em outras regiões do país, construiu-se as tabelas 3A e 3B, que vão ser analisadas a seguir.

TABELA 2

CRITÉRIO - MUDANÇA DE CLASSE
DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES POR CLASSE DE TAMANHO
EM 1970, 1980 E 1990.

BRASIL

CLASSES DE TAMANHO	NÚMERO DE CIDADES			DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	DECADE DE 70	DECADE DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	839	763	625	34,9	25,4	17,1	-0,3	-1,2
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	144	187	277	14,2	13,5	15,3	2,4	4,3
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	62	95	139	14,8	19,3	22,6	5,7	4,5
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	1	3	5	0,8	2,2	2,8	14,9	5,2
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	0	1	3	0,0	1,3	3,3		13,0
ÁREA METROP. DE BELO HORIZONTE	1	1	1	2,4	2,8	3,0	4,7	3,6
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	1	1	1	10,5	10,0	9,4	2,4	2,2
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	1	1	1	12,1	14,0	14,4	4,4	3,1
ÁREA METROPOLITANA DE RELEN	1	1	1	1,0	1,1	1,2	4,3	3,6
ÁREA METROP. DE CURITIBA	1	1	1	1,2	1,6	1,7	5,8	3,2
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	1	1	1	2,3	2,5	2,4	3,7	2,8
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	1	1	1	1,5	1,7	1,9	4,1	3,6
ÁREA METROP. DE RECIFE	1	1	1	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6
ÁREA METROP. DE SALVADOR	1	1	1	1,7	1,9	2,0	4,2	3,4
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	9	9	9	35,4	38,3	38,6	3,7	2,9
TOTAL BRASIL	1935	1058	1058	67504747	90007750	119009878	2,7	2,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

TABELA 3A

NÚMERO DE CIDADES POR CLASSE DE TAMANHO E POR REGIÕES

REGIÕES	1970			1980			1990		
	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.
NORTE	1	62	2	1	60	7	1	52	15
NORDESTE	3	357	54	3	379	25	3	375	33
NE-GA	2	239	9	2	280	19	2	276	23
BA	1	70	5	1	99	6	1	95	10
SUDESTE	3	253	29	3	283	43	3	259	61
MG+FS	1	128	12	1	137	16	1	124	23
RJ	1	25	3	1	26	4	1	24	6
SP	1	100	14	1	120	23	1	111	32
SUL	2	159	13	2	179	18	2	168	26
PR	1	73	5	1	79	7	1	75	10
SC+RS	1	86	8	1	99	11	1	93	16
CENTRO-OESTE*	1	53	5	1	50	6	1	44	52
TOTAL BRASIL	9	842	63	9	950	99	9	894	147

* Na região Centro-oeste, o Distrito Federal foi considerado área metropolitana para diferenciá-lo dos demais tipos de cidades.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões dos Projeções Populacionais-1989.

TABELA 3B

DISTRIBUICAO REGIONAL DA POPULACAO POR TIPOS DE CIDADE

REGIOES	1970			1980			1990		
	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.	A. METROP.	NAO METROP. 20(100 MIL HAB.	NAO METROP. >100 MIL HAB.
NORTE	22.5	51.6	26.0	21.3	47.6	31.1	19.1	47.5	33.3
NORDESTE	23.1	61.6	37.4	23.5	54.7	25.8	25.6	52.7	22.3
NE-GO	20.2	61.4	18.4	21.8	54.5	23.8	23.2	52.4	24.4
BA	23.6	62.3	34.3	28.6	55.4	36.0	30.2	53.3	36.4
SUDESTE	53.2	29.2	17.6	55.7	25.6	18.0	55.9	24.0	19.4
MG+ES	59.9	57.3	23.0	24.5	50.0	25.5	26.5	46.9	26.6
RJ	81.1	11.7	7.3	82.2	10.5	7.3	82.0	10.7	7.3
SP	55.0	24.3	20.7	57.2	25.5	23.4	57.4	25.3	23.6
SUL	21.5	53.2	20.2	27.5	50.2	22.3	28.9	43.2	23.0
PR	38.3	63.7	38.4	26.6	52.2	23.2	28.7	49.3	22.0
SC+RS	23.0	54.7	21.5	20.1	40.8	23.1	29.0	47.3	23.7
CENTRO-OESTE*	38.3	54.2	27.5	26.0	40.9	33.0	27.3	38.5	34.4
TOTAL BRASIL	35.3	45.1	19.6	38.2	39.0	22.8	38.6	37.6	23.8

Fonte: IBGE - Censos Demograficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisoes das Projeções Populacionais-1989.

A região Norte mais que dobrou o número de cidades com mais de 100 mil habitantes, um aumento de 7 para 15 cidades, entre 1970 e 1980, com consequente incremento na participação do total da população urbana da região, passando a reter 33%.

Já a área metropolitana de Belém tem um decréscimo de 21,3% para 19,1% em sua participação no mesmo período. Esta área já vinha apresentando queda em seu percentual desde a década de 70. Nessa mesma década, a região Norte aumentou sua participação no GNP de 2,0% em 1970 para 2,9% em 1980, em grande parte devido à indústria. Tal fato está relacionado à instalação de um complexo industrial em Manaus e projetos isolados no estado do Pará. Nessa mesma década, as novas áreas de fronteira situam-se basicamente no Norte do país. O estado do Pará recebeu 272,3 mil migrantes, número da mesma ordem de grandeza da migração com destino a Rondônia.

Mais da metade da população nordestina vive em 371 cidades entre 20 e 100 mil habitantes no ano de 1990. O restante é quase igualmente dividido entre 3 áreas metropolitanas e 33 cidades não-metropolitanas de mais 100 mil habitantes. Isso representa que no decorrer da década de 80 o total da área metropolitana não teve um crescimento tão diferenciado em relação aos outros tipos de cidade. As cidades pequenas continuaram retendo a maior parte da população, e as médias absorvendo contingentes semelhantes às áreas metropolitanas.

Neste caso, a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 (39) revelou uma aparente desconcentração da propriedade, bem como uma redução da modernização agrícola, por causa da crise e um consequente processo de "minifundização", com o crescimento do número de pequenos estabelecimentos. Entre os estabelecimentos com menos de 10 ha, 68% pertencem à região Nordeste. Tal processo foi reforçado pelo efeito do final da seca nordestina de 1979/83 a qual provocou o retorno ao campo de um volume significativo de pessoas ocupadas nas frentes de trabalho. Indicadores da ocupação de pessoal na agricultura mostra aumentos concentrados em pequenos estabelecimentos da região Nordeste, atingindo 890 mil ocupações. As condições climáticas favoráveis nos anos posteriores à seca teriam possibilitado a incorporação de pessoas às "frentes de trabalho". (40)

No que se refere às áreas metropolitanas do Nordeste, estas apresentaram índices de desemprego elevados na época da crise de 1981/83. Por ocasião da recuperação, o desemprego é elevado para Salvador e Recife, caracterizando as dificuldades em reterem os permanentes excedentes populacionais de seus "hinterlands". (41)

Os dados da tabela mostram que a Bahia tem uma desaceleração nítida no ritmo de aumento da participação da área metropolitana de Salvador no total da população urbana, ao compararmos as décadas de 70 e 80, pois enquanto esse

percentual passa de 23,6% para 28,6% durante a década de 70, o mesmo passa para 30,2% em 1990.

A grande diferença entre o panorama nordestino dos anos 70 e 80 é o avanço agrícola do cerrado baiano (42). Com um padrão tecnológico bem superior à agricultura regional, este avanço da fronteira deve ter possibilitado um adensamento de parte da rede urbana do interior do estado. Entre 1970 e 1980 houve um aumento de 800 mil ha nas áreas de lavoura e um aumento de 1440 mil ha de área cultivada.

Quanto ao resto da região, que apresenta também um padrão de urbanização apontando para um adensamento da rede urbana, temos alguns aspectos que incluem o acréscimo relativo do número de estabelecimentos em alguns estados (Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe); incorporação de áreas cultivadas dos principais produtos agrícolas entre 1979/81 e 1986/88. (43)

A região Sul apresentava, em 1980, 16 cidades de mais de 100 mil habitantes que englobavam 22,3% da população urbana da região. Em 1990, essa participação passa para 23% englobando 26 cidades. As duas áreas metropolitanas (Curitiba e Porto Alegre) apresentaram um crescimento bem menor do que o verificado para a década de 70, quando elevaram sua participação na população regional de 21,5% para 27,5%. Em 1990, esse índice passa para apenas 28,9%. Portanto não houve um distanciamento significativo das áreas metropolitanas e das cidades médias e grandes no que concerne à alteração da distribuição populacional da região Sul entre 1980 e 1990.

Na década de 70 o Paraná passou por transformações na sua agricultura, relacionadas à intensificação da modernização agrícola e substituição de cultivos, principalmente a introdução da soja-trigo, o que provocou a expulsão de trabalhadores do campo. (44)

Entretanto, nos primeiros cinco anos da década de 80, os indicadores de mecanização apontam para uma queda do nível de investimento em tratores para o conjunto da região Sul. Nesse mesmo período, houve um avanço da fronteira agrícola paranaense, compreendendo 1110 mil ha. (45)

Terminado o esvaziamento do campo paranaense verificado na década de 70, houve uma expansão agrícola incentivando o desenvolvimento da agroindústria. Esse processo tem como consequência um adensamento da rede urbana ao longo do tempo.

Em 1980, pode-se constatar uma pequena diferença no grau de concentração das duas áreas metropolitanas da região Sul, em favor de Porto Alegre. Já em 1990 esse diferencial diminui, talvez causado pelo impacto da crise. No início da década, ambas as regiões metropolitanas apresentavam taxa de desemprego igual a 2,7%. Ao final da década, Porto Alegre apresentou uma taxa de desemprego (2,8%) maior do que a de Curitiba (2,3%). (46)

A região Centro-Oeste dobrou o número de cidades com mais de 100 mil habitantes no decorrer da década de 80. Em

1990, 12 cidades contavam com 34,4% da população, refletindo um comportamento mais dinâmico desse tipo de cidade.

Em contraposição, o Distrito Federal teve uma desaceleração de seu processo de crescimento na década de 80. Sua taxa de crescimento quase que caiu à metade no final da década, passando a equiparar-se com a taxa da classe de mais de 100 mil habitantes. (ver Anexo Estatístico)

Na década de 1980, a situação da agricultura melhora, resultando em acréscimo da área cultivada dos principais produtos agrícolas, principalmente em Mato Grosso (47). Verifica-se também um acréscimo significativo das áreas de pastagens plantadas.

Os rebatimentos urbanos dessas transformações agrícolas do Centro-Oeste são muito importantes. A expansão agrícola deu-se com elevado peso das exportações e desenvolvimento do agro-processamento, tendo como consequência uma elevação das rendas rurais e das atividades urbanas de apoio, trazendo um adensamento maior da rede urbana destas regiões e um papel mais relevante para as cidades de porte médio e grande. (48)

No Sudeste fica evidente a inversão do processo de concentração nas áreas metropolitanas na década de 80. Neste período, a participação do conjunto das 3 áreas metropolitanas no total da população urbana do Sudeste fica praticamente inalterado em torno de 55,9%. A sua taxa de crescimento se equiparou à média regional em torno de 2,8%, enquanto as taxas verificadas nas classes de mais de 100 mil habitantes foram maiores do que a média e as 61 cidades pertencentes a esta classe passaram a englobar 19,4% da população urbana da região.

Em Minas Gerais, o peso relativo da metrópole é menos acentuado do que os de São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto a taxa de crescimento de Belo Horizonte na década de 80 foi maior do que as duas outras áreas metropolitanas do Sudeste, o que talvez reflita o impacto maior da crise nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo nos setores industriais das áreas metropolitanas.

No estado do Rio de Janeiro, apesar do peso elevado da região metropolitana no total da população urbana, observa-se uma nítida reversão na década de 80, quando diminuiu sua participação para 82%. Sua taxa de crescimento que já era baixa na década de 70, decresce a 2,2% em 1990, a menor taxa verificada em todas as classes de tamanho de cidades da região Sudeste.

São Paulo é por excelência um caso de interiorização. Entre outros fatores que caracterizam esse fato, destacam-se: a desaceleração do crescimento da metrópole, o fato do estado ser o principal centro da imigração nacional, com poucos fluxos negativos e irrelevantes. Isto leva a crer que partes do interior de São Paulo estão absorvendo esses contingentes.

Nota-se que a área metropolitana de São Paulo manteve praticamente inalterada a sua participação no total da população urbana do estado em torno de 57%.

O número de cidades não-metropolitanas com mais de 100 mil habitantes teve um aumento considerável na década, passando de 23 para 32 cidades, retendo 21,6% do total da população urbana. Este aumento deveu-se, provavelmente, ao crescimento das cidades médias. Esse fator aponta no sentido de uma rede urbana mais desconcentrada.

Dada a concentração da economia paulista na atividade industrial, era de se esperar que a crise indiretamente afetasse o movimento do processo de urbanização. Em decorrência do crescimento industrial lento da década, o estado de São Paulo sofreu um declínio de 5,38% na apropriação da Renda Nacional entre 1975 e 1985. (49)

Já no que se refere à economia do interior paulista, os índices de emprego da indústria de transformação do interior de São Paulo são alguns dos maiores apresentados entre 1979 e 1986 (50). No decorrer da década, seus índices de emprego foram persistentemente maiores do que os da área metropolitana, crescendo 18,5% no período 1979/86.

O estado que mais sofreu com o impacto da crise e desaceleração dos anos 80 foi o Rio de Janeiro, mesmo em termos comparativos com São Paulo.

Em 1988, o emprego no Rio de Janeiro não alcançou, de acordo com as informações da Rais (Ministério do Trabalho), o nível constatado em 1979. A crise teve um poder destruidor muito grande sobre o mercado formal urbano fluminense. (51)

Embora a existência de áreas de semi-árido, de cerrado e de agricultura relativamente moderna dificultem o entendimento dos indicadores regionais, em Minas Gerais (um grande estado expulsador), verificam-se importantes alterações na economia regional: a modernização de parte da agricultura local e o crescimento industrial dos anos 80 provocaram um maior adensamento das cidades mineiras. (52)

Estes resultados, embora sujeitos a restrições devido a utilização das projeções para a população em 1990, sendo que o Censo de 1991 poderá trazer números diferentes, são úteis para avaliar as tendências de distribuição da população no sistema urbano brasileiro.

É importante perceber que a metodologia das projeções do IBGE tende a reforçar as tendências anteriores, impondo um grande elemento inercial ao processo de crescimento populacional.

Em uma primeira aproximação, o que pode-se concluir com este capítulo é que o fenômeno de adensamento da rede urbana pôde ser constatado em todas as regiões do país, portanto não foi um fenômeno restrito à região Sudeste, onde estão as áreas mais industrializadas do país.

O impacto da crise no setor industrial e as recentes transformações na agricultura são os principais fatores que explicam esse comportamento do processo de urbanização.

Muitos fatores econômicos que possivelmente tiveram influência sobre tal processo foram abordados em termos gerais no decorrer deste capítulo. Entretanto, resta levantar de forma organizada as hipóteses econômicas que sustentaram este processo de gradativa "maturação e

adensamento" do sistema urbano brasileiro. É isso que será feito no próximo capítulo, ainda que de forma preliminar.

CAPÍTULO 3

DESEMPENHOS INDUSTRIAL E AGRÍCOLA REGIONAIS NA DÉCADA DE 80.

As estimativas populacionais analisadas no capítulo anterior indicam a continuidade da tendência à desconcentração do sistema urbano brasileiro na década de 80. Este processo teria ocorrido quer em razão do aumento do número de cidades médias e grandes não-metropolitanas, quer pelo maior ritmo de crescimento da população destas cidades frente às 9 áreas metropolitanas legalmente definidas para o país.

Esta desconcentração relativa repete a tendência já verificada nos anos 70. O que parece diferenciar a década de 80 é que esse fenômeno poderia ter alcançado uma intensidade ainda maior, em razão da crise e das transformações recentes das economias regionais brasileiras.

Neste sentido, as informações disponíveis sobre esta década apontam no sentido do aprofundamento da desconcentração industrial. Dentre elas, se destacam:

a) a maturação dos grandes projetos iniciados no contexto da descentralização do II PND em áreas de minerais não-metálicos, na petroquímica (ligados ao aproveitamento dos recursos naturais da economia, implicando numa descentralização destes investimentos). As decisões macropolíticas do governo federal a respeito dos pólos petroquímicos, cujos instrumentos iriam maturar no início da década de 80.

b) a execução de um programa de substituição energética, consolidado na construção de usinas hidrelétricas (Itaipu, Tucuruí, Paulo Afonso) e na criação do PROÁLCOOL, que trouxe efeitos ao interior de São Paulo, disseminando a indústria sucroalcooleira pelo país.

c) apesar da crise, algumas áreas se desenvolvem com base no esforço exportador: papel e celulose e agroindústria. Nesta última, destacam-se: produção de grãos (moagem, produção de óleos vegetais, farelo), indústria de carnes, suco cítrico. Estes setores são, do ponto de vista espacial, localizados no interior de São Paulo e fora desse estado, em áreas não-metropolitanas.

d) criação da Zona Franca de Manaus e a implementação de um conjunto de subsídios concedidos regionalmente e que persistem nos anos 80.

Para analisar a continuidade no processo de desconcentração industrial na década de 80, é útil observar os dados da tabela abaixo: (53)

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO
INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO
BRASIL, ESTADOS E REGIÕES SELECIONADAS - 1979/89.

ESTADOS E REGIÕES SELECIONADAS	(VALORES EM PORCENTAGEM)			
	1970	1975	1980	1989
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0
REGIÃO NORDESTE	5,7	6,6	8,1	8,4
MINAS GERAIS	6,5	6,3	7,7	8,4
RIO DE JANEIRO	15,5	13,5	10,6	10,7
SÃO PAULO	58,2	55,9	53,4	50,4
GRANDE SÃO PAULO	43,5	38,8	33,6	(30,2)*
INTERIOR	14,7	17,1	19,8	(20,2)*
REGIÃO SUL	12,0	14,8	15,8	16,7
DEMAIS REGIÕES	2,1	2,9	4,5	5,4

* 1987

FONTE DOS DADOS BÁSICOS:

FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980

FIBGE - Diretoria de Pesquisa - Departamento de
Indústria : 1989

Os dados da tabela mostram que enquanto a região Nordeste, Minas Gerais e demais regiões vão ganhando participação no VTI da indústria de transformação do Brasil ao longo das décadas de 70 e 80, e o Rio de Janeiro mantém sua porcentagem de 1980 para 1989; verifica-se que São Paulo sofre um decréscimo constante ao longo dessas duas décadas, passando de 53,4% em 1980 para 50,4% em 1989. Desdobrando o estado de São Paulo, a área metropolitana decresce sua participação de 33,6% para 30,2% no período 1980/87, enquanto que o interior aumentou essa participação de 19,8% para 20,2% no mesmo período.

De forma similar, os índices de crescimento do VTI da indústria de transformação (54) apontam um crescimento de apenas 1,6% para o estado de São Paulo de 1989/90, em contraposição ao Nordeste que cresce 11,8%, Minas Gerais 17,3%, Sul, 14,6%, e Rio de Janeiro, 8,3% no mesmo período.

Os dados disponíveis sobre agricultura também reforçam essa desconcentração da atividade produtiva nos anos 80.

A crise econômica teve como consequência uma redução temporária do ritmo de modernização agrícola anterior. Esta teve dois movimentos:

1) tendência do nível de modernização no início da década, com a queda do ritmo de mecanização.

De 1980 a 1985, o avança da fronteira agrícola ocorre com a ocupação de 11,4 milhões de ha, divididos,

fundamentalmente entre o Pará, Bahia e Mato Grosso. "Este aumento da área dos estabelecimentos retrata um desempenho bem menos dinâmico, comparativamente ao quinquênio anterior, em que a área total havia sido acrescida de 41 milhões de ha" (55). A fronteira em expansão circunscreve-se a um trecho da região Norte e ao Mato Grosso, ao que se soma o cerrado baiano.

Outro fato a ser destacado é o final da seca nordestina de 1979/83, com o consequente retorno ao campo de um volume significativo de pessoas ocupadas nas frentes de trabalho. Houve também aumento do número de pessoas ocupadas nos pequenos estabelecimentos que, parcelados, sofreram um processo de "minifundização".

2) no final da década houve um incremento da produção agrícola devido às supersafras de grãos. Isto pode ter significado algum retorno ao padrão de modernização agrícola anterior e talvez uma retomada dos fluxos migratórios.

As séries anuais de evolução da área cultivada dos principais produtos agrícolas mostram que dos aproximadamente 6.056 mil ha de aumento da área entre 1979/81 e 1986/88, 1.440 mil ha ocorreram na Bahia, 1.200 mil ha em Mato Grosso, seguindo-se contribuições menores de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e região Norte.

Estas indicações também apontam para um efeito desconcentrado da atividade produtiva, incentivando o desenvolvimento da agroindústria, sobretudo nas áreas de cerrado baiano e Centro-Oeste.

Assim, estas informações a respeito da indústria e agricultura permitem uma reflexão sobre algumas possíveis consequências que estas podem ter tido sobre a urbanização brasileira. Dentre elas, destacam-se: (56)

a) desempenho agrário das áreas de fronteira da região Norte, associado à intensificação dos garimpos e da Zona Franca de Manaus parecem sugerir um crescimento urbano acentuado destas regiões. Em Rondônia, o avanço da fronteira se deu com uma participação maior de pequenos estabelecimentos.

b) no Centro-Oeste e nas novas áreas de cerrado, a expansão agrícola (em grande parte com destino às exportações), junto ao desenvolvimento do agro-processamento, vem acompanhado por elevações significativas das rendas rurais e das atividades urbanas de apoio. Com isto, é possível que possa ter ocorrido um adensamento maior da rede urbana destas regiões. Esse fenômeno também pode ser observado no Paraná, após o esvaziamento da década de 70.

c) o avanço agrícola do cerrado baiano baseia-se em um padrão tecnológico bem superior à agricultura regional. Este avanço da fronteira deve ter possibilitado o adensamento de parte da rede urbana do interior do estado. Cabe destacar um desempenho industrial bem acima da média nordestina, sobretudo em termos de produto, e as possibilidades de desenvolvimento do Vale do São Francisco.

d) em Minas Gerais, parte da agricultura modernizou-se paralelamente ao crescimento industrial destes anos. É possível ter ocorrido um adensamento das cidades mineiras.

e) devido à situação econômica, o Rio de Janeiro vem se caracterizando por ser uma área estagnada e incapaz de reter novos moradores.

f) no início dos anos 80, finaliza-se o processo de esvaziamento do campo paranaense. Nesse estado, o intenso desenvolvimento nos anos posteriores marcou profundamente suas cidades interioranas. É possível que tenha ocorrido uma inversão dos fluxos de saídas.

O Rio Grande do Sul passou por várias dificuldades econômicas, com redução da área cultivada e relativa estagnação econômica. O mesmo não se verifica no caso catarinense, ainda que a elevada população rural sugira pequenos saldos migratórios negativos.

O quadro apresentado acima pode ser complementado por informações qualitativas a respeito do desempenho das economias regionais na década de 80. "Apenas para ilustrar com alguns dados, é suficiente constatar que, entre 1980 e 1986, enquanto o produto interno do Nordeste cresceu a uma taxa anual de 5,1%, São Paulo registrou uma expansão do produto de 2,1 % ao ano. O Rio, entre 1980 e 1986, cresceu a uma taxa anual de apenas 0,7%." (57) Estes dados mostram como a crise teve impactos negativos regionalmente diferenciados, afetando sobretudo as economias do Sudeste, particularmente a de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A seguir, o propósito é relacionar um conjunto de fatos que procuram ratificar as teses de desenvolvimento regional dos anos 80 compatíveis com as hipóteses de uma tendência à desconcentração urbana e de um cenário de crescimento mais acentuado das áreas urbanas não-metropolitanas durante a década.

REGIÃO NORDESTE

Uma análise da tabela de taxas de crescimento do PIB do Brasil e da região Nordeste mostra que no período de 1970-1986 as taxas de crescimento dos três grandes setores foi maior no Nordeste do que no Brasil como um todo, sendo que as taxas de crescimento da agricultura nordestina só não superam as do produto setorial brasileiro durante a seca de 1979-1983 (58).

O impacto recessivo de 1981-1983 foi menos intenso no Nordeste, apesar da seca. Uma explicação para esse fenômeno seria o fato de que a seca afetou sobretudo a agricultura, não chegando a atingir a indústria e o setor terciário com a mesma intensidade. Outra explicação seriam as políticas emergenciais do Governo Federal, que investiu em construção de obras de infra-estrutura para atenuar os efeitos sociais das secas e contrabalançar os períodos de fortes reduções da produção regional, particularmente na agropecuária.

Uma característica particular do Nordeste é o fato de os impulsos de crescimento terem sido induzidos pelo setor público na década de 80: através de incentivos fiscais (pela SUDENE) a investimentos nos ramos químico e metalúrgico, produção e distribuição de energia elétrica e abastecimento de água (59).

Entre os pólos industriais existentes no Nordeste, destacam-se: o sucroalcooleiro no litoral oriental; petroquímico e cloroquímico no litoral sul-oriental; metal-mecânico em Pernambuco; têxtil e de confecções no Ceará; mineral-metalúrgico no oeste do Maranhão; e agroindustrial no perímetro irrigado do médio São Francisco, além da zona graneleira do cerrado nordestino.

Quanto ao desempenho da economia nordestina no contexto nacional, indicadores regionais apontam uma melhoria na participação do Nordeste de 1980 a 1987. O PIB agrícola nordestino aumentou sua participação de 20,5% em 1980 para 22,7% em 1986 no total nacional. A participação do Nordeste no VTI da indústria de transformação do Brasil aumentou de 8,1% para 8,4% entre 1980 e 1989. (60)

Assim, a taxa média anual de crescimento do produto bruto regional foi superior à taxa de expansão do PIB brasileiro, devido, principalmente, às altas taxas de crescimento do produto agrícola em anos pós-seca, e o impacto atenuado da conjuntura recessiva sobre o produto industrial nordestino.

Uma transformação importante na agricultura nordestina que deve ser mencionada decorre da política de irrigação, que visa o aproveitamento de solos e água no semi-árido.

Em novos pólos de irrigação se desenvolveram cultivos de hortaliças e frutas, com grande concentração nas áreas próximas ao rio São Francisco e afluentes e incentivando a instalação de uma agricultura moderna, voltada ao mercado exportador (61).

São indústrias de polpa de tomate, de doces, de conservas, vinícolas, fiação e tecelagem, de insumos para o campo (equipamentos de irrigação e fertilizantes), bem como todo um setor de serviços destinado a amparar essa cultura de irrigação.

"Cidades como as do pólo de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia, separadas pelo rio São Francisco, mantêm taxas de crescimento de 7% ao ano, já absorvendo parcialmente o fluxo migratório dos habitantes do sertão que migrariam para o Sudeste para fugir da fome e buscar trabalho no período da seca." (62)

Esse processo pode ser avaliado, de forma indireta, pela maior participação da fruticultura no valor da produção agrícola regional. Entre 1980 e 1987, o valor da produção de mamão, manga, melancia e uva passou de 1,1% para 7,8%; o tomate passou, no mesmo período, de 1,4% para 2,5%. Além disso, "vem crescendo a participação relativa de algumas culturas - soja, borracha e uva - que até o início dos anos 80, não tinham expressão econômica no Nordeste." (63)

Deve-se ter em vista, contudo, que esse processo pouco alterou a estrutura fundiária do Semi-Árido nordestino. A desigualdade da distribuição da posse da terra era maior que a média brasileira, devido à forma de exploração da terra. Houve aumento do número de minifúndios, mas a área ocupada por estes representaram apenas 10,4% do total de incorporação de áreas. (64)

Assim, os projetos de irrigação não provocaram mudanças na distribuição da propriedade e posse da terra, uma vez que a estrutura agrária, de modo geral, mostrou-se estável nos municípios de influência dos projetos de irrigação.

REGIÃO SUL (65)

A região Sul teve suas fronteiras agrícolas esgotadas para a expansão da agricultura. Nas décadas de 70 e 80, uma parcela de produtores, principalmente gaúchos, deslocou-se para as regiões Centro-Oeste e Norte do país. A resposta para esse esgotamento foi a busca do aumento da produtividade nas lavouras e rentabilidade das propriedades através da diversificação de atividades.

De acordo com informes regionais do desempenho das economias, em 1989, na região Sul estava instalado mais de um terço das cooperativas do país. No Paraná, as 67 cooperativas do estado produziam 61% do PIB estadual. No Rio Grande do Sul, as 182 cooperativas detinham mais de 50% da industrialização de carnes, mais de 60% da produção de arroz e a maior parte da produção de vinhos e uvas. Apesar do pequeno número, as 28 cooperativas catarinenses se adequavam às condições fundiárias do estado (basicamente minifúndios). (66)

SANTA CATARINA

Santa Catarina destaca-se pela implantação de um modelo próprio e regionalizado de desenvolvimento industrial, o que lhe permitiu uma característica particular de dispersão dos investimentos pelo território. (67)

Na década de 80, o estado possuía o maior parque têxtil da América Latina, bem como significativa participação na produção nacional de metal-mecânica, agroindústria, indústria cerâmica, entre outros.

O estado catarinense manteve uma estrutura urbana com cidades que não ultrapassavam 500 mil habitantes, como por exemplo, Joinville e Blumenau, que detinham os principais pólos metal-mecânico e têxtil; Concórdia e Chapecó, de vocação agroindustrial; e Criciúma, o maior parque industrial de cerâmica.

Os efeitos da crise em Santa Catarina não foram tão evidentes como no resto do país. As indústrias estavam

prosperando apoiadas em progresso tecnológico, co-gestão, e aumentos significativos em suas escalas de produção.

Para ilustrar as características do desempenho da agricultura catarinense, o Relatório da Gazeta Mercantil de 30/out/90 (68) assinala que na época, Santa Catarina era o estado brasileiro com menor índice de concentração de terras. A agricultura catarinense baseava-se na pequena propriedade, disciplina no cultivo da terra e auto-suficiência. As propriedades com menos de 50 ha ocupavam 41% da área total cultivável do estado. Para exemplificar essa estrutura fundiária, em Blumenau, 98% das 2224 propriedades rurais são minifúndios, enquanto que em Chapecó este percentual chegou a 94%.

RIO GRANDE DO SUL

Terminada a crise do início da década, em 1984, a economia gaúcha tendia para uma evasão de capitais por falta de rentabilidade dos investimentos produtivos, com os preços dos produtos agrícolas mantendo-se inferiores aos preços dos produtos industrializados do Sudeste do país, havendo exportação de mão-de-obra para os estados vizinhos e falta de créditos. (69)

A crise econômica havia atingido os principais pilares da economia gaúcha: a produção de máquinas agrícolas, de móveis, de produtos petroquímicos, de alimentos, a metalurgia e a construção civil.

Ao longo das últimas décadas, vem se acentuando no Rio Grande do Sul a disparidade entre as três grandes regiões que formam o estado. Com uma distribuição da propriedade mais equilibrada, a região Nordeste, formada pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, respondia, em 1990, por 52,2% do PIB estadual. Nesta região, há indicações de uma aglomeração excessiva da população, em decorrência da aceleração da industrialização, fenômeno que vem se agravando nos últimos anos. (70)

O norte do estado, nos últimos anos revela uma microrregião em plena emergência. Trata-se do Vale do Taquari, formada por municípios como Santa Cruz do Sul, Estrela, Lajeado e Venâncio Aires.

O sul do estado, no final da década de 80, vinha apresentando um declínio em sua economia. Não possuía indústrias matrizes e sobrevivía basicamente em função do setor de doces e conservas e do beneficiamento de arroz, esta região tendia a reduzir sua participação no PIB gaúcho.

PARANÁ

Dados existentes no Relatório da Gazeta Mercantil apontam uma taxa de crescimento industrial do Paraná superior à média brasileira no período 1975-1986. (71)

As principais áreas industriais situavam-se em Curitiba e Araucária, onde se instalou um pólo petroquímico, e Ponta Grossa, com empresas vinculadas à mineração e agroindústria. Em Londrina e outros municípios do norte do estado e no oeste, a partir de Cascavel, desenvolvia-se a agroindústria.

Um balanço feito em 1987 para o Paraná (72) caracterizava-o como sendo um estado urbano-industrial que produzia um quarto dos alimentos produzidos no país e um quarto das exportações dos produtos primários.

A economia paranaense encerrou o ano de 1987 com um nível de atividade 29,4% superior ao de 1980, acima do índice de crescimento do país que foi de 21,1%. Esse desempenho deveu-se à rápida modernização da agricultura, ocasionando o surgimento de uma agroindústria assentada no tripé soja-milho-café e a uma grande expansão do setor de serviços. (73)

O crescimento do setor agroindustrial do Paraná ocorreu de forma mais acentuada a nível de cooperativas agrícolas, principalmente a partir de meados da década de 70, época de introdução da soja. Nos anos 80, o governo do estado traçou uma política de fomento na tentativa de incentivar o beneficiamento de produtos primários dentro do setor agroindustrial (produção de carnes, óleos vegetais, cítricos e algodão), visando sustentar o desenvolvimento econômico. (74)

REGIÃO CENTRO-OESTE

GOIÁS

Como ilustração dos efeitos da crise no estado, informações a respeito da economia regional da Revista Senhor (75), assinalavam em 1984, um forte movimento de retorno ao campo de pessoas anteriormente ocupadas na construção civil.

Dentre as atividades econômicas do estado, destacavam-se a pecuária e exploração de minérios: níquel, amianto, titânio, esmeraldas, ouro. E, recentemente, cresceu muito o interesse de indústrias e agroindústrias em investir no estado.

Entre 1986 e 1989, o subsetor de indústrias de transformação atingiu taxa média de crescimento de 2,5% ao ano, em comparação com uma taxa de 2,8% do Brasil e 2,3% em São Paulo. (76)

Com o incentivo à agricultura e a abertura de novas fronteiras agrícolas em Goiás durante os anos 70 e 80, especialmente com a entrada da cultura da soja, cresceu um segmento da economia do estado: as cooperativas. Exemplo disso são as cooperativas de grãos, desenvolvendo projetos de indústrias de óleos vegetais, ração e outros derivados de milho e soja, e as do ramo de laticínios. (77)

MATO GROSSO DO SUL

Uma matéria divulgada na Revista Senhor (78) afirma que em Mato Grosso do Sul, o dinamismo da economia provoca a emergência de novos empreendimentos com relativa frequência. O destaque é a produção agrícola, que na década de 70 superou seis vezes a média brasileira, principalmente nos cultivos da soja, trigo, arroz, algodão. Destaca-se também a pecuária.

MATO GROSSO

O Relatório da Gazeta Mercantil constatou em 1989 (79) uma ocupação de 2,6 milhões de ha, que se implantou principalmente nos cerrados.

O estado vinha despontando como um grandes produtor de grãos. De 1980 a 1989, a área plantada com grãos cresceu 124%; no mesmo período, a produção aumentou 223% em decorrência de um ganho de produtividade, por meio de incorporação de modernas tecnologias agrícolas.

Inicialmente, o pólo produtor de soja havia se instalado no sul de Mato Grosso, na região de Rondonópolis, atraindo produtores do sul do país. No final da década de 80, o pólo estava se deslocando para a Chapada dos Parecis, área de cerrado.

Destacava-se, na época, a conjugação de uma agricultura moderna, em expansão, vocacionada para a agroindústria da soja, proteína animal, carnes, etc.

REGIÃO NORTE

A Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 (80), em conjunto com estatísticas de produção agrícola da década mostram um evolução da área global dos estabelecimentos nos estados de Pará e Rondônia, retratando o avanço da fronteira agrícola. Pode-se notar também um acréscimo relativo do número de pequenos estabelecimentos em Rondônia, Roraima e Acre, com consequente aumento do número de pessoas ocupadas. Sendo assim, o desempenho agrário das áreas de fronteira da região Norte e a existência da Zona Franca de Manaus, parecem sugerir um crescimento urbano acentuado destas regiões.

Manaus possuía em 1990 um parque industrial de 600 empresas e havia se transformado no maior pólo eletroeletrônico da América Latina. (81)

Nos anos 80, as empresas contavam com uma série de benefícios fiscais, como isenção do IPI, do IR, apoio da SUDAM (em alguns casos), restituição de ICM e redução do imposto de importação.

Assim, em que pese o quadro atual de dispersão, um balanço desta última década aponta a expansão da Zona Franca de Manaus, via aumento do capital externo e fortalecimento das indústrias nacionais.

REGIÃO SUDESTE

SÃO PAULO

A interiorização da indústria do estado de São Paulo (82), num processo reativado pela saturação da área metropolitana da capital ainda na década de 60, teve continuidade nos anos 80. As indústrias localizadas na capital do estado foram as mais atingidas pela crise. No interior, os efeitos sobre as indústrias mecânica e metalúrgica foram menos intensos, talvez porque atendiam preferencialmente as agroindústrias, que mantinham seu crescimento.

Nota-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em indústrias do interior, as quais se expandiam para o Vale do Paraíba, litoral, Campinas, Ribeirão Preto. Destacavam-se indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, além de farmacêutica, calçados e vestuário.

Os sucos, as bebidas, os alimentos e os óleos vegetais, além do álcool carburante, formavam a agroindústria do interior paulista, que se desenvolvia apesar das crises econômicas que afetavam a economia nacional (83). Os subsetores que mais empregavam mão-de-obra foram o do abate de carnes, beneficiamento de cereais e café, papel e celulose, açúcar e álcool, que em conjunto mantinham 63% do emprego na agroindústria em 1988.

Um diagnóstico sobre a interiorização da indústria (84) em todas as regiões administrativas do estado de São Paulo, mostra as principais características de cada uma delas:

_ litoral: a Baixada santista produz bens intermediários, setores de química e metalurgia - basicamente em função da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e do pólo petroquímico de Cubatão.

_ Vale do Paraíba: entre São José dos Campos e Taubaté localiza-se a parte mais moderna da indústria do interior, no setor de bens de consumo duráveis. Produz veículos, aviões e materiais bélicos.

_ Sorocaba: possui a maior indústria estadual de madeira e expressiva indústria de bebidas e de minerais não-metálicos (cimento, por exemplo).

_ Campinas: indústria bem diversificada, com ênfase nas indústrias química e mecânica.

_ Ribeirão Preto: mais da metade da região é produtora de bens de consumo não-duráveis. Destacam-se também as indústrias química e mecânica.

_ Bauru: indústria tradicional: bebidas, alimentos, madeira.

_ Deste: alimentos são o destaque, mas em São José do Rio Preto crescem os setores mobiliário e químico; em Araçatuba, o vestuário, calçados e artigos têxteis; em Presidente Prudente, a química desponta; em Marília, a mecânica.

Quanto ao nível de emprego (85), o interior de São Paulo cresceu 121% de 1970 a 1986, enquanto que a região da Grande São Paulo apresentou um aumento de 54% no período, segundo dados do IBGE.

RIO DE JANEIRO

O impacto da crise no estado do Rio de Janeiro atingiu a sua mais ampla dimensão. Como já foi dito, o Rio, entre 1980 e 1986 cresceu a uma taxa anual de apenas 0,7% (86). No caso da economia fluminense, o declínio do emprego foi mais intenso que o de São Paulo no ano mais crítico e a recuperação posterior foi menos intensa e mais defasada.

O impacto da crise e da desaceleração da economia brasileira foi extremamente negativo sobre o mercado de trabalho formal urbano fluminense. Salvo poucas atividades industriais (extrativa mineral, química, matérias plásticas e produtos alimentares), todas as demais da classificação da RAIS apresentaram redução no nível de emprego, relativamente a 1979. Em 1988, o nível de emprego na indústria de transformação em geral era 9% menor do que no ano-base, ou seja, 52 mil pessoas. Uma atividade muito empregadora como a da construção civil registrava, em 1988, um nível de emprego 52% menor que em 1979, isto é, 130 mil pessoas a menos.

Em quase uma década (1979/88), a economia fluminense não foi capaz de criar, em seu conjunto, envolvendo as empresas privadas e o setor público, um único posto de trabalho em seu mercado urbano formal, em comparação a 1979. (87)

MINAS GERAIS

As oito microrregiões que compõem o estado de Minas Gerais faz dele um estado heterogêneo (88). Além dos aspectos naturais peculiares de cada região, a heterogeneidade de Minas acentuou-se conforme a influência dos estados vizinhos no desenvolvimento regional. São elas:

1) Metalúrgica e Campo das Vertentes: abrange a área metropolitana de Belo Horizonte e 22 centros urbanos próximos, entre eles Divinópolis, Barbacena e o aglomerado urbano do Vale do Aço. A potencialidade da região se concentra na mineração e na indústria, devido à presença do Quadrilátero Ferrífero.

2) Zona da Mata: apesar de possuir um grande centro urbano - Juiz de Fora - e estar próxima ao Rio de Janeiro,

possui um quadro de estagnação agrícola e industrial. Predominam segmentos dos ramos sucroalcooleiro, em Ponte Nova; têxtil e de confecções em Juiz de Fora; e mobiliário em Ubá. A indústria também conta com : siderurgia, metalurgia do zinco e papel e celulose.

3) Sul: desenvolveu nos últimos anos importante parque industrial, composto de indústrias de bens de consumo intermediário, bens de capital e de bens de consumo duráveis. Bastante favorecida pela posição geográfica - no eixo de SP-BH-RJ, há relativa oferta de mão-de-obra qualificada e uma rede urbana bem estruturada. Os principais centros são Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas. Atualmente, o processo da atração de indústrias está se acentuando com a implantação dos distritos industriais em diversos municípios.

4) Triângulo e Alto Parnaíba: considerada uma região privilegiada em termos geográficos, energéticos, hídricos, climáticos e minerais, apresenta vantagens comparativas para instalação de indústrias, mineração e agropecuária. A região é impulsionada pelos seus dois pólos urbanos e industriais: Uberaba e Uberlândia. é o ponto inicial da trajetória de ocupação do cerrado mineiro para produção de grãos. O crescimento da produção agrícola vem servindo de estímulo aos empreendimentos no setor agroindustrial.

5) Alto São Francisco: área de expansão agrícola e reflorestamento. Não possui centros urbanos polarizadores, sofrendo influência das regiões vizinhas.

6) Noroeste: manteve a participação no PIB de Minas Gerais nos últimos 20 anos em torno de 5%. O maior centro urbano da região é Montes Claros.

7) Rio Doce: na década de 70, foi a única região a ter crescimento demográfico negativo (-1,14%). Possui dois centros regionais: Teófilo Otoni e Governador Valadares, mas poucas oportunidades econômicas reais.

8) Jequitinhonha: a participação na produção industrial mineira é irrelevante (0,6% em 1980) e o PIB per capita é o mais baixo (33% da média estadual). Tem um único centro urbano expressivo: Diamantina. Ainda é a agricultura o maior potencial de desenvolvimento econômico da região. A atividade industrial predominante é a extração mineral.

Em termos do conjunto do estado, Minas Gerais conseguiu ampliar sua participação relativa na produção industrial do país graças a sua base de recursos minerais e sua proximidade com o estado de São Paulo (89). O estado pôde desempenhar um papel complementar ao grande centro industrial do país, inclusive como fornecedor de bens intermediários (aço, cimento, etc), alimentos e matérias-primas minerais e agropecuárias. Entre 1970 e 1980, sua

participação ampliou-se de 6,5% para 7,7% no VTI nacional. Em 1989 esse percentual alcançaria 8,4% (90). Recentemente, a indústria de bens intermediários contou com um amplo aparato institucional do governo estadual, através de incentivos fiscais e outros mecanismos. A proximidade geográfica com São Paulo tem significado uma expansão diversificada nas regiões sul e do triângulo mineiro.

CONCLUSÕES

Uma tentativa preliminar de associar as tendências de crescimento demográfico segundo tamanho de cidades, que indicam taxas mais elevadas para os grupos de cidades intermediárias, com o desempenho econômico recente das diversas regiões econômicas do país é difícil de ser captada pelos indicadores disponíveis, dada a natureza dos indicadores econômicos para a década de 80.

Contudo, com base nos aspectos apontados nos capítulos 2 e 3 desse trabalho, é possível elaborar dois conjuntos de conclusões importantes, mesmo que de natureza preliminar.

1) houve uma continuidade da tendência de descentralização das atividades econômicas a partir de São Paulo, devido aos desempenhos das economias regionais mais elevados que São Paulo, tais como a maturação dos grandes projetos iniciados no contexto da descentralização do II PND; execução de um programa de substituição energética, com a criação do PROÁLCOOL, desenvolvimento de áreas industriais destinadas à exportação e que se localizavam fora do estado de São Paulo; criação da Zona Franca de Manaus. Estes fatores devem ter impactado na tendência de concentração populacional.

Estes conjuntos de fenômenos têm uma importância muito grande para a questão da tendência de distribuição populacional pelas regiões brasileiras, dado o peso que assumia a Grande São Paulo nesta distribuição.

2) um segundo conjunto de conclusões diz respeito ao desempenho econômico dos anos 80, que revelou taxas de crescimento médias muito baixas, frente às médias históricas do país. Contudo, esse fenômeno não apenas mascara diferenças regionais importantes mas também desempenhos intra-regionais e intra-setoriais igualmente muito diferenciados.

Na verdade, durante os anos 80, esse fraco desempenho é simultâneo à emergência de um conjunto de performances bem melhores em segmentos localizados da atividade econômica. Este é o caso da agricultura irrigada do Nordeste, atividade mineral dos grandes projetos da região Norte, agroindústria de exportação do Centro-Oeste e Sudeste, e de outros projetos industriais e agrícolas do país.

Já foi chamada a atenção para este comportamento através da expressão de "ilhas de prosperidade", que retrata o fato de que as taxas médias de crescimento das economias regionais são compatíveis com a emergência de segmentos modernos e de elevadas produtividades ao longo da década.

A natureza dessas iniciativas caracteriza a tendência de desconcentração indicada acima. Mas, além disso, em geral, assume também uma característica de desconcentração interna a cada uma das regiões econômicas do país. Com isso,

verifica-se a tendência a um crescimento urbano menos intenso nas áreas metropolitanas, mesmo que estas conclusões devam ser tomadas com a devida cautela, em razão das inúmeras mediações que existem entre o movimento da economia no espaço e o crescimento demográfico.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. in Anais 1º Encontro Nacional da ABEP. Campos do Jordão, 1978.
- 2) Idem, ibidem, p. 93.
- 3) Idem, ibidem, p. 96, 97.
- 4) CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. Editora Paz e Terra, 1975.
- 5) Idem, ibidem, p. 144, 145.
- 6) Idem, ibidem, p. 151, 152.
- 7) Idem, ibidem, p. 152.
- 8) FARIA, Vilmar, op. cit., p. 103.
- 9) Idem, ibidem, p. 101.
- 10) Idem, ibidem, p. 101.
- 11) FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro. Um resumo das características e tendências recentes. Estudos Cebrap. São Paulo, s/d.
- 12) Idem, ibidem, p. 98.
- 13) Idem, ibidem, p. 101.
- 14) Idem, ibidem, p. 103.
- 15) Idem, ibidem, p. 101.
- 16) TOLOSA, Hamilton. Macroeconomia da Urbanização Brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro 3(3) : p. 586-643, outubro, 1973.
- 17) Idem, ibidem, p. 586-589.
- 18) Idem, ibidem, p. 591.
- 19) Idem, ibidem, p. 592.
- 20) FARIA, Vilmar. Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. Tendências e Perspectivas, Novos Estudos, n.29. São Paulo, março, 1991.
- 21) Idem, ibidem, p. 103.
- 22) Idem, ibidem, p. 112.
- 23) Idem, ibidem, p. 113.
- 24) MARTINE, George, e CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas 1(1) : p. 99-144, jan-dez, 1984.
- 25) Idem, ibidem, p. 117.
- 26) MARTINE, George, e CARVALHO, José Alberto M. de. Cenários Demográficos para o século XXI e Algumas Implicações Sociais. Planejamento e Políticas Públicas, s.1., 2: dez 1989, p. 82, 83.
- 27) MARTINE, George et alii. Texto para discussão número 21. A Urbanização do Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. Brasília, IPLAN, outubro, 1989.
- 28) Idem, ibidem, p. 17.
- 29) estas observações estão contidas no mesmo texto nas pgs 22-25.
- 30) Idem, ibidem, p. 35.
- 31) Idem, ibidem, p. 15. Ver coluna F da tabela 5.

32) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson. São Paulo no Limiar do Século XXI. Relatório Parcial de Demografia (Texto e Anexo Estatístico). Campinas, Convênio IPT/FECAMP, abril, 1990, p. 30-49.

33) CANO, Wilson et alii. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). Coleção Economia Paulista, v.1.n.1. Convênio-SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP, 1988.

34) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. , p. 39-40.

35) MARTINE, George e CARVALHO, José Alberto M. de - op. cit. , p.89.

36) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. , p.44-45.

37) NETO, Leonardo Guimarães. O Mercado de Trabalho na Década Perdida. São Paulo em Perspectiva. SEADE. São Paulo 4(3/4): p.6-7, jul/dez 1990.

38) MARTINE, George e DINIZ, Clélio Campolina. Economic and Demographic Concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. In: Seminar on Urbanization in Large Developing Countries. Ahmedabab, out. 1989, p. 23.

39) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. , p.31.

40) Idem, ibidem, p. 37.

41) Idem, ibidem, p. 44-45.

42) Idem, ibidem, p. 47.

43) Idem, ibidem, p. 35.

44) Idem, ibidem, p. 37.

45) Idem, ibidem, p. 35.

46) Idem, ibidem, p. 44.

47) Idem, ibidem, p. 33.

48) Idem, ibidem, p. 46.

49) MARTINE, George e DINIZ, Clélio Campolina - op. cit. , p. 19.

50) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. , p. 42.

51) NETO, Leonardo Guimarães - op. cit. , p. 7.

52) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. , p. 48.

53) NEGRI, Barjas. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa, UNICAMP, 1990. Ver tabela 2, p. 14.

54) Idem, ibidem. Ver tabela 4, p. 27.

55) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. - p. 34.

56) Idem, ibidem, p. 45-49.

57) NETO, Leonardo Guimarães - op. cit. , p.6.

58) DUARTE, Renato. Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na década de 70 e nos anos 80. Revista de Economia Nordestina. Fortaleza, v.20, n.4, out/dez 1989, p. 431-452.

59) Idem, ibidem, p.355, tabela 9. Estima-se que ao longo da década de 80, a participação do setor público na formação bruta de capital fixo foi da ordem de 50%.

60) conforme tabela 4. Na realidade, entre 1970 e 1989, a participação do Nordeste no VTI brasileiro passou de 5,7% para 8,4%, um resultado fortemente influenciado pelo comportamento da indústria localizada no estado da Bahia. Ver: DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil. Nem Desconcentração, nem Contínua Polarização. Belo Horizonte, 1990, p. 32.

61) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 15/jan/1990.

Artigo: Água muda a economia do sertão.

62) BRANDIMARTE, Vera. Relatório da GAZETA MERCANTIL, 15/JAN/1990.

Artigo: Água muda a economia do sertão.

63) DUARTE, Renato - op. cit. , p. 347. Ver também p. 349.

64) SILVA, José Graziano da , et alii. Estrutura Agrária e Irrigação no Nordeste. Revista de Economia Nordestina. Fortaleza, v.20, n.4, out/dez 1989, p.431-452.

65) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 15/AGO/1989.

Artigo: A metade da produção agrícola do Brasil.

66) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 15/ago/1989.

Artigo: As cooperativas na vanguarda da modernização rural.

67) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 15/mar/1990.

Artigo: Onde estão as melhores oportunidades.

68) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 30/out/1990.

Artigo: A menor concentração de terras.

69) Especial: REVISTA SENHOR, 30/mai/1984.

Artigo: O celeiro rebelde.

70) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 12/jun/1990.

Artigo: O Nordeste assume a vanguarda da indústria.

71) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 9/dez/1986.

Artigo: A indústria cresce 12% em média e ainda há espaços vazios.

72) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 28/out/1987.

Artigo: Os caminhos do Paraná.

73) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 27/jan/1989.

Artigo: A economia supera a média.

74) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 9/dez/1986.

Artigo: A agroindústria forte e com muito espaço.

75) Especial: REVISTA SENHOR, 25/abr/1984.

Artigo: Entre o curral e o multirão.

76) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 11/dez/1990.

Artigo: Perspectivas e desafios.

77) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 11/dez/1990.

Artigo: Sistema cooperativo arrecada 15% do ICMS.

78) Especial: REVISTA SENHOR, 27/jun/1984.

Artigo: Mato Grosso do Sul.

79) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 4/mai/1989.

Artigo: A expansão desafia a falta de recursos.

80) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson - op. cit. p. 35.

81) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 31/jan/1990.

Artigo: O eldorado perseguido há séculos.

82) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 28/jan/1988.

- Artigo: Porque o campo atrai mais indústrias.
- 83) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 28/jan/1988.
Artigo: Agroindústria cresce sem se deter na crise.
- 84) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 28/jan/1988.
Artigo: Eixo de riqueza vai até o litoral.
- 85) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 28/jan/1988.
Artigo: Emprego cresce mais do que na capital paulista.
- 86) NETO, Leonardo Guimarães - op. cit. , p. 6.
- 87) Relatório da GAZETA MERCANTIL, 11/ago/1989.
Artigo: As oportunidades das microrregiões.
- 88) DINIZ, Clélio Campolina - op. cit.
- 89) Idem, ibidem, p. 34.
- 90) NEGRI, Barjas - op. cit. , tabela 2, p. 14.

BIBLIOGRAFIA

- 1) CANO, Wilson et alii. "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". Coleção Economia Paulista; v.1.n.1. Convênio-SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP, 1988.
- 2) CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. Editora Paz e Terra, 1975.
- 3) DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil. Nem Desconcentração, nem Contínua Polarização. Belo Horizonte, 1990.
- 4) DUARTE, Renato. Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na década de 70 e nos anos 80. Revista de Economia Nordestina. Fortaleza, v.20, n.4, p. 431-452, out/dez 1989.
- 5) FARIA, Vilmar. Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. Tendências e Perspectivas, Novos Estudos, n.29. São Paulo, março, 1991.
- 6) FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. in Anais 1º Encontro Nacional da ABEF. Campos do Jordão, 1978.
- 7) FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro. Um resumo das características e tendências recentes. Estudos Cebap. São Paulo, s/d.
- 8) MARTINE, George, e CARVALHO, José Alberto M. de. Cenários Demográficos para o século XXI e Algumas Implicações Sociais. Planejamento e Políticas Públicas, s.1., 2: dez 1989.
- 9) MARTINE, George, e CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos Demográficos. Campinas 1(1): p. 99-144, jan-dez 1984.
- 10) MARTINE, George e DINIZ, Clélio Campolina. Economic and Demographic Concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. In: Seminar on Urbanization in Large Developing Countries. Ahmedabab, out. 1989.
- 11) MARTINE, George et alii. Texto para discussão número 21. A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. Brasília, IPLAN, outubro, 1989.
- 12) NEGRI, Barjas. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa, UNICAMP, 1990.
- 13) NETO, Leonardo Guimarães. O Mercado de Trabalho na Década Perdida. São Paulo em Perspectiva. SEADE. São Paulo 4(3/4), jul/dez 1990.
- 14) PACHECO, Carlos Américo e CANO, Wilson. São Paulo no Limiar do Século XXI. Relatório Parcial de Demografia (Texto e Anexo Estatístico). Campinas, Convênio IPT/FECAMP, abril, 1990.
- 15) SILVA, José Graziano da, et alii. Estrutura Agrária e Irrigação no Nordeste. Revista de Economia Nordestina. Fortaleza, v.20, n.4, p. 431-452, out/dez 1989.

16) TOLOSA, Hamilton. Macroeconomia da Urbanização Brasileira. Pesquisa___e___Planejamento___Econômico. Rio de Janeiro 3(3) : p. 586-643, outubro, 1973.

ANEXO ESTATÍSTICO

CRITÉRIO: MUDANÇA DE CLASSE
 NÚMERO DE CIDADES, POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL - REGIÃO NORDESTE
 1970, 1980 E 1990.

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES		
	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	343	339	277
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	47	60	94
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	14	25	29
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	0	4
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	3	3	3
ÁREA METROP. DE RECIFE	1	1	1
ÁREA METROP. DE SALVADOR	3	3	3
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	3	3	3
TOTAL NORDESTE	407	407	407

TIPO DE CIDADE	POPULAÇÃO ABSOLUTA			DISTRIBUIÇÃO (%)		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	9480118	9428022	9075793	49,3	37,0	29,4
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	3097935	3793393	6229246	16,2	15,7	20,1
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	2493123	3270345	5510724	13,1	21,8	17,8
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	0	2346576	0,0	0,0	7,6
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	1038041	1554427	2221353	5,4	6,4	7,2
ÁREA METROP. DE RECIFE	1836239	2382463	3090317	9,6	9,9	10,0
ÁREA METROP. DE SALVADOR	1148328	1736672	2424078	6,0	7,2	7,8
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	4023108	5673564	7737090	21,1	23,5	25,0
TOTAL NORDESTE	19094283	24163123	30927426	100,0	100,0	100,0

*Considerou-se adequado para os propósitos deste trabalho, agregar a classe menos de 20 mil hab. a esta classe.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1987.

CRITÉRIO: MUDANÇA DE CLASSE

NÚMERO DE CIDADES, POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO SUDESTE

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES		
	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	259	214	166
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	47	69	99
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	29	42	40
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	1	1
ÁREA METROP. DE BELO HORIZONTE	1	1	1
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	1	1	1
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	1	1	1
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	3	3	3
TOTAL SUDESTE	329	329	329

TIPO DE CIDADE	POPULAÇÃO ABSOLUTA			DISTRIBUIÇÃO (%)		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	7236533	6579363	5369316	22.9	15.2	9.4
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	3071944	4495285	6750991	9.7	10.4	11.8
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	4494378	7487424	12540633	14.2	17.3	23.2
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	654566	960801	0.0	1.5	1.7
ÁREA METROP. DE BELO HORIZONTE	3605663	2540094	3615234	5.3	5.9	6.3
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	7082404	9001787	11203567	22.4	20.8	19.6
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	8347367	12588794	17303793	25.8	29.0	29.9
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	16833234	24130675	31922594	53.2	55.7	55.9
TOTAL SUDESTE	31637867	43357333	57344313	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO: MUDANÇA DE CLASSE

NÚMERO DE CIDADES, POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO SUL

CLASSES DE TAMANHO	NÚMERO DE CIDADES		
	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	147	142	120
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	36	36	50
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	13	10	25
ÁREA METROP. DE CURITIBA	1	1	1
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	1	1	1
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	2	2	2
TOTAL SUL	198	198	198

CLASSES DE TAMANHO	POPULAÇÃO ABSOLUTA			DISTRIBUIÇÃO (%)		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	4328582	4264514	3837076	39.7	32.5	22.7
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	2415628	2398985	3341726	22.1	18.1	19.8
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	1820250	2965690	4816775	16.7	22.3	28.6
ÁREA METROP. DE CURITIBA	820766	1440633	1966426	7.5	10.8	11.7
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	1131168	2212384	2906472	14.0	16.7	17.2
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	2351934	3653017	4872898	21.5	27.5	28.9
TOTAL SUL	10916394	13283106	16868475	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO: MUDANÇA DE CLASSE
 NÚMERO DE CIDADES, POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL - REGIÃO NORTE
 1970, 1980 E 1990

CLASSES DE TAMANHO	NÚMERO DE CIDADES		
	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	55	49	31
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	7	11	23
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	2	3	14
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	1	0
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	0	0	1
ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM	1	1	1
TOTAL NORTE	65	65	68

CLASSES DE TAMANHO	POPULAÇÃO ABSOLUTA			DISTRIBUIÇÃO (%)		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	1327561	1502449	1017479	45,4	32,1	13,7
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	490713	723102	1389622	16,8	15,5	18,7
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	446837	837475	2479063	15,3	17,9	33,4
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	0	618025	0	0,0	13,2	0,0
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	0	0	5113676	0,0	0,0	55,0
ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM	656351	777158	1418061	22,5	21,3	19,1
TOTAL NORTE	2921462	4680209	7417901	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO: MUDANÇA DE CLASSE

NÚMERO DE CIDADES, POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE

CLASSES DE TAMANHO

NÚMERO DE CIDADES

	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	44	37	31
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	7	11	13
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	4	4	10
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	1	1	0
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	0	1	2
TOTAL CENTRO-OESTE	56	54	56

CLASSES DE TAMANHO

POPULAÇÃO ABSOLUTA

DISTRIBUIÇÃO (%)

	1970	1980	1990	1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES*	1186075	1127301	791347	40.4	24.7	14.9
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	484218	725172	853618	16.5	16.0	12.8
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	726895	788861	1938753	24.8	17.3	29.1
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	137492	754167	0	50.3	15.8	0.0
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	0	1176908	2868045	0.0	26.0	43.1
TOTAL CENTRO-OESTE	2934740	4524409	6653763	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO - MESMA CLASSE DE TAMANHO

DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO NORDESTE

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA		
		1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	319	8490183	9428022	11498935
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	60	3261925	3793191	4792816
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	25	3319070	5270346	6890385
ÁREA METROP. DE SALVADOR	1	1148828	1736672	2424878
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	1	1038041	1534427	2221635
ÁREA METROP. DE RECIFE	1	1836239	2382461	3090557
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	3	4023108	5673564	7737090
TOTAL NORDESTE	407	19094286	24165123	30927426

TIPO DE CIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	DECADA DE 70	DECADA DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	44.5	39.0	37.2	1.1	2.0
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	17.1	15.7	15.5	1.5	2.4
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	17.4	21.0	22.3	4.7	2.7
ÁREA METROP. DE SALVADOR	6.0	7.2	7.8	4.2	3.4
ÁREA METROP. DE FORTALEZA	5.4	6.4	7.2	4.1	3.6
ÁREA METROP. DE RECIFE	9.6	9.9	10.0	2.6	2.6
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	21.1	23.5	25.0	3.5	3.2
TOTAL NORDESTE	100.0	100.0	100.0	2.4	2.5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO: MESMA CLASSE DE TAMANHO
DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO SUDESTE

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA		
		1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	214	5843756	6579161	8122399
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	69	3396193	4495285	6038085
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	42	5186820	7487424	10100434
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	3	375864	664566	960803
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	1	8147167	12588794	17101793
ÁREA METROP. DE BELO HORIZONTE	1	1605663	2540094	3635234
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	1	7082404	9001787	11205567
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	3	16835234	24130675	31922394
TOTAL SUDESTE	329	11637867	14393111	17144313

TIPO DE CIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	DECADA DE 70	DECADA DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	18,5	15,2	14,2	1,2	2,1
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	10,7	10,4	10,5	2,8	3,9
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	16,4	17,3	17,7	3,7	3,0
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	1,2	1,5	1,7	5,9	3,8
ÁREA METROP. DE SÃO PAULO	25,8	29,0	29,9	4,4	3,1
ÁREA METROP. DE BELO HORIZONTE	5,1	5,9	6,3	4,7	3,6
ÁREA METROP. DE RIO DE JANEIRO	22,4	20,8	19,6	2,4	2,2
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	53,2	55,7	55,9	3,7	2,8
TOTAL SUDESTE	100,0	100,0	100,0	3,2	2,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.
IBGE - Revisões das Projeções Popacionais-1989.

CRITÉRIO: MESMA CLASSE DE TAMANHO

DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO SUL

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA		
		1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	142	4268054	4264514	5086023
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	36	2006625	2398085	3029777
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	13	2209779	2965490	3078977
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	1	1531168	2212304	2906472
ÁREA METROP. DE CURITIBA	1	820766	1440633	1966426
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	2	2351934	3653037	4872898
TOTAL SUL	198	10216324	13201104	16868475

TIPO DE CIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	DECADA DE 70	DECADA DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	39.1	32.1	30.2	0.0	1.8
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	19.1	18.1	18.0	1.4	2.4
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	20.2	22.3	23.0	3.0	2.7
ÁREA METROP. DE PORTO ALEGRE	14.0	16.7	17.2	3.7	2.0
ÁREA METROP. DE CURITIBA	7.5	10.0	11.7	3.8	3.2
TOTAL ÁREA METROPOLITANA	21.5	27.5	28.9	4.5	2.9
TOTAL SUL	100.0	100.0	100.0	2.0	2.4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1985.

CRITÉRIO: MESMA CLASSE DE TAMANHO
DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES
EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO NORTE

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA		
		1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	47	1034479	1302449	2421340
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	11	472290	723502	1104105
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	6	446720	837475	1360319
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	3	355622	658025	1113676
ÁREA METROP. DE BELEM	1	656351	999158	1418061
TOTAL NORTE	68	2925462	4686209	7457901

TIPO DE CIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	DECADA DE 70	DECADA DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	35.4	32.1	32.6	3.8	4.9
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	16.2	15.5	14.9	4.4	4.3
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	15.3	17.9	18.3	6.5	5.0
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	10.7	13.2	15.0	7.5	6.1
ÁREA METROP. DE BELEM	22.3	21.3	19.1	4.3	3.6
TOTAL NORTE	100.0	100.0	100.0	4.8	4.7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.

CRITÉRIO: MESMA CLASSE DE TAMANHO

DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE 20 MIL OU MAIS HABITANTES

EM 1970, 1980 E 1990, POR TIPO DE CIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE

TIPO DE CIDADE	NÚMERO DE CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA		
		1970	1980	1990
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	39	1030020	1127301	1483147
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	11	1611147	725172	1076736
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	4	425308	780861	1223841
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	1	300773	714167	1064167
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	1	537492	1176908	1803470
TOTAL CENTRO-OESTE	56	2934740	4524409	6651763

TIPO DE CIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO	
	1970	1980	1990	DECADE DE 70	DECADE DE 80
DE 20 A 50 MIL HABITANTES	35.1	24.7	22.3	0.9	2.8
DE 50 A 100 MIL HABITANTES	19.1	16.0	16.2	2.6	4.0
DE 100 A 500 MIL HABITANTES	14.5	17.3	18.4	6.3	4.6
DE 500 A 1000 MIL HABITANTES	13.0	15.8	16.0	6.5	4.1
MAIS DE 1000 MIL HABITANTES	13.3	26.0	27.1	0.2	4.4
TOTAL CENTRO-OESTE	100.0	100.0	100.0	4.4	3.9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

IBGE - Revisões das Projeções Populacionais-1989.